

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – CAMPUS JAGUARÃO

Maria Túlia Duarte Mendes Arence

Práticas de ensino da História e Cultura afro-brasileira na Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. Fernando Corrêa Ribas, Jaguarão/RS.

Volume I

Jaguarão

2015

Maria Túlia Duarte Mendes Arence

Práticas de ensino da História e Cultura afro-brasileira na Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. Fernando Corrêa Ribas, Jaguarão/RS.

Relato crítico reflexivo apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pampa como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Adelmir Fiabani

Jaguarão

2015

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

A332p Arence, Maria Túlia Duarte Mendes
Práticas de ensino da História e Cultura Afro- Brasileira
na Escola Municipal dr. Fernando Corrêa Ribas/Jaguarão/RS /
Maria Túlia Duarte Mendes Arence.
115 p.

Dissertação(Mestrado)-- Universidade Federal do Pampa,
MESTRADO EM EDUCAÇÃO, 2015.
"Orientação: Adelmir Fiabani Fiabani".

1. Práticas de ensino da História e Cultura Afro-
Brasileira. I. Título.

Maria Túlia Duarte Mendes Arence

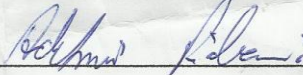
Práticas de Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira na Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. Fernando Corrêa Ribas, Jaguarão/RS.

Relatório Crítico-Reflexivo apresentado ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Mestrado Profissional da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Educação

Relatório Crítico-Reflexivo defendido e aprovado em 17 de março de 2015.

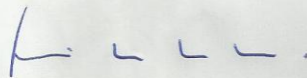
Banca examinadora:



Prof. Dr. Adelmir Fiabani

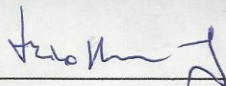
Orientador

UNIPAMPA



Prof. Dr. Georgina Helena Lima Nunes

UFPEL



Prof. Dr. Lúcio Hammes

UNIPAMPA

Dedico este relatório crítico reflexivo a minha mãe Paulina, meu pai Walmir (in memória), meus filhos Gabriel, Mariel, Daniel e esposo Paraguassu, maiores incentivadores e fonte inesgotáveis de apoio, amor e compreensão.

Agradecimentos

A Deus, por ter me dado sabedoria para vencer os obstáculos sofridos nessa caminhada;

Ao prof. Dr. Adelmir Fiabani que não mediu esforços em me orientar nessa intervenção tão relevante sobre a História e a Cultura Afro-Brasileira;

A professora Georgina e o professor Lúcio por terem aceitado o convite de participarem da Banca, analisarem e contribuírem com sugestões para a execução deste trabalho;

Aos professores e direção desta Universidade que nos proporcionaram momentos de aprendizagem e a possibilidade de cursar um curso como este em nível de Mestrado Profissional;

A todos os colegas do curso que me proporcionaram conhecer outros caminhos, outras histórias, capazes de mudar a realidade que vivemos;

A minha família por ter permitido as minhas ausências para que eu me dedicasse a essa nova trajetória da minha vida.

A minha colega Tatiane Mena pela troca de conhecimentos, de alegria, de tristeza de amparo e força para continuar a caminhada.

Resumo

O presente trabalho é um relatório crítico reflexivo que tem como objetivo trabalhar a história e cultura afro-brasileira nas atividades didáticas de sala de aula na Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. Fernando Corrêa Ribas em Jaguarão, Rio Grande do Sul, relata as práticas utilizadas pelos professores para que os alunos aprendam de forma prazerosa e dinâmica sobre a História e Cultura Afro-Brasileira e o curso de formação proporcionado aos professores pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FURG) a fim de dar embasamento teórico aos docentes sobre a temática. Caracterizam os diversos movimentos sociais que existiram no Brasil em especial os que aconteceram em Jaguarão como: clubes negros e Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Descreve a intervenção que ocorreu de forma interdisciplinar, envolvendo as disciplinas de Português, História, Geografia, Ciências, Arte dos anos finais do Ensino Fundamental e ao decorrer do desenvolvimento do trabalho a participação do currículo com o 2º ano, 5º ano A e 5º ano B. Os alunos juntamente com os professores e a comunidade escolar participaram, pesquisaram realizaram análise dos dados e expuseram os resultados obtidos, assim garantindo a todos o direito de conhecer a luta dos africanos e afro-brasileiros pela liberdade na época da escravidão e após abolição a luta para romper com o preconceito, discriminação e o racismo que sofreram e que sofrem.

Palavras-Chave: Identidade, Memória, História e Cultura Afro-brasileira.

Resumen

Este trabajo es un informe crítico reflexivo que tiene como objetivo trabajar la historia y la cultura afro-brasileña en las actividades de aula educativa en la Escuela Primaria Municipal Dr. Fernando Correa Ribas, en Yaguarón, Rio Grande do Sul, informa las prácticas utilizadas por los profesores a los estudiantes a aprender de una forma amena y dinámica en la historia y cultura afro-brasileña y el curso de formación proporcionada a los maestros por FURGS para dar base teórica de los profesores sobre el tema. Caracterizar los distintos movimientos sociales que existían en Brasil especialmente los que ocurrieron en Jaguarão como clubes de negros y de la Hermandad de Nuestra Señora del Rosario de los Negros. En él se describe la intervención que se produjo de manera interdisciplinaria, implicando disciplinas portuguesas, Historia, Geografía, Ciencias, Arte de los últimos años de la escuela primaria y el curso del desarrollo del trabajo de participación del plan de estudios con el segundo año, año quinto A y quinto año B. Los estudiantes junto con los maestros y la comunidad escolar participó investigó realizaron análisis de datos y se exponen los resultados obtenidos, lo que garantiza todo el derecho a conocer la lucha de los africanos y afro-brasileña para la libertad en tiempos de la esclavitud y después de la abolición de la lucha para romper el prejuicio, la discriminación y el racismo que han sufrido y sufren.

Palabras clave: Identidad - Memoria - Historia y Cultura Afro-Brasileña.

Lista de Figuras

Figura 1 - Painel da Mostra de Conhecimento.....	19
Figura 2 - A dança dos Orixás.....	28
Figura 3 - Conversa sobre a Umbanda.....	29
Figura 4 - Teatro da peça Menina Bonita do Laço de Fita.....	31
Figura 5 – Curso de formação em Porto Alegre,.....	53
UNIAFRO, UFRGS	
Figura 6 – Visita ao Quilombo dos Alpes, Porto Alegre.....	55
Figura 7- Historiador do Quilombo Madeira.....	57
Figura 8- Quilombolas do Quilombo Madeira.....	58
Figura 9- Documento da Criação das Irmandades.....	67
De Nossa Senhora do Rosário dos Pretos	
Figura 10- Documento de um escravizado sócio	68
Das Irmandades Nossa Senhora do Rosário dos Pretos	
Figura 11- Presidente do Clube 24 de Agosto, visita na escola.....	70
Figura 12- Sede do Clube 24 de Agosto.....	72
Figura 13- 1º Presidente do Clube Suburbano e Soberana.....	74
Figura 14- Jovens do Clube Suburbano na década de 60.....	75
Figura 15- Presidente do Clube Suburbano e família.....	75
Figura 16- Confecções de Bonecas.....	76
Figura 17- Aluno representando o Boneco de Lele;	77
Figura18- Bonecas confeccionadas pelos alunos.....	78

Figura 19- Alunos tocando instrumentos de percussão.....	83
Figura 20- Samba de Roda.....	84
Figura 21- Banda da escola.	85

Lista de Tabelas

Tabela 1- População de negros e brancos.....	40
Tabela 2- Número de Professores.....	48
Tabela 3- População de jovens de 15 anos que estudam.....	61

Abreviaturas:

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PDEI - Programa de Desenvolvimento da Escola Interativo

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômicas Aplicadas

UNIAFRO - Programa de Ações Afirmativas para a População Negra

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Sumário

1.Introdução.....	16.
2.Contexto da Intervenção.....	21
2.1. Sujeito da Intervenção.....	22
3. Necessidade de uma transformação no processo pedagógico frente ao contexto sócio-cultural do negro na escola pública.....	24
4. Marco teórico: a prática docente como transformadora da realidade sócio-cultural.....	32
5. Procedimento metodológico da Intervenção.....	41
5.1. Instrumentos da coleta de dados.....	44
6. Intervenção na Escola Dr. Fernando Corrêa Ribas.....	45
6.1. Capoeira: esporte e cerimônia.....	46
6.2. O Curso de Formação.....	48
6.3. Os Quilombos.....	53
6.3.1 Quilombo em Jaguarão.....	55
6.4. Entrevista com pessoas com mais de 40 anos.....	58
6.5. Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e dos Pretos.....	63
6.6. Uma roda de conversa com as crianças.....	68
6.7. Clube Negro 24 de agosto.....	70
6.8. Clube Negro Suburbano.....	72
6.9. Inclusão no Projeto Político Pedagógico.....	78
6.10. Musicalidade em sala de aula.....	82
7. Análise dos dados referentes ao trabalho na escola.....	90

8. Procedimento metodológico de avaliação.....	94
9. Conclusão.....	96
Anexos.....	98
Referências.....	103

1. Introdução

O presente trabalho se configura como um relato crítico reflexivo de uma intervenção intitulada “*Práticas de Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira*”. O objetivo geral da presente pesquisa foi o de trabalhar a história e cultura afro nas atividades didáticas de sala de aula, com base no que está explicitado na Lei 10.639/03 na escola a fim de romper com o paradigma tradicional de ensinar a História do afrodescendente, oportunizando aos alunos o conhecimento da História da África, Cultura Afro Brasileira e Jaguareense a fim de que todos tenham conhecimento da diversidade cultural que formou esse país, especificamente na cidade de Jaguarão. Tendo os seguintes objetivos específicos: oportunizar aos alunos interagir com o conhecimento da História da África e Cultura Afro Brasileira e Jaguareense; entrevistar sujeitos da comunidade que sejam afro brasileiros para ouvir sua percepção sobre o tema do projeto; analisar filmes que abordam o tema do projeto; conhecer alguns aspectos relacionados às religiões africana e afro brasileira a fim de oportunizar que conheçam como se organizam; reconhecer as instituições ligadas à cultura afro em Jaguarão; incluir no Projeto Político Pedagógico da escola a lei 10639/03 e divulgar os trabalhos desenvolvidos com os alunos sobre o tema na comunidade escolar.

A intervenção foi realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. Fernando Corrêa Ribas, situada no bairro Vencato, na cidade de Jaguarão. A cidade está localizada no extremo sul do Rio Grande do Sul, é fronteira ao Uruguai, tem uma população de 27.931, uma área de 2.054.382 km², está localizada a 395 km da capital do Estado. A história de Jaguarão remonta a 1802, com um acampamento militar fundado às margens do Rio Jaguarão pelo Tenente Coronel Manuel Marques de Souza. Foi elevada à vila em 6 de julho de 1832 e a cidade em 23 de novembro de 1855 (pt.wikipédia .org/ wikiJaguarão.Acesso10/03/2013).

Jaguarão é um município que teve no passado grande presença de escravizados. Caratti (2013, p. 254) trata sobre as questões da escravidão em Jaguarão e a busca pela liberdade de pessoas escravizadas em solo uruguaio. O autor demonstra através de documentos que aqui havia uma grande quantidade de

escravos realizando todos os tipos de serviços, como carpinteiro, sapateiro, costureira, cozinheira, pedreiro, campeiro, lavadeira. Esses dados são relevantes, pois no momento que a educação do município não trata sobre essa temática, cria nos alunos a falsa ideia de que aqui a escravidão não ocorreu.

Conforme Franco (2007, p. 115) no ano de 1833 a cidade tinha uma população de 5.457 pessoas ao todo, entre "brancos" e "pretos". Os "brancos" eram 2.857 (52,34%), e os "pretos", 2.601 (47,66%). Já em 1868, a quantia era de 12.999 livres e 5.056 escravos, quase metade da população era escravizada. Com a abolição da escravatura no Uruguai, em 1845 muitos escravizados, fugiam para lá, obtendo a sua liberdade, esse fato gerou um contrabando humano em plena fronteira, pois foram contratados pessoas para capturar esses fugitivos que eram reconduzidos novamente a condição de escravizados, muitos trabalhavam e conseguiam comprar sua alforria, sendo escravos de ganho, outros pediam dinheiro emprestado e compravam sua própria alforria, ficando devendo dinheiro para outra pessoa, preferiam essa forma de liberdade do que ficar sob o julgo do seu senhor. Com a Abolição, os escravizados foram abandonados à própria sorte, muitos deles foram trabalhar em troca de alimentação e moradia.

Em 1901, Thomas Aquinos Scholnars visitou uma propriedade rural em Jaguarão e encontrou "cinco ou seis" ranchos com paredes de barro e teto de palha de santa fé, que serviam de moradia aos peões, "todos negros", residindo com mulheres e filhos. Este registro feito doze anos após a abolição revelou que os trabalhadores escravizados livres, muitas vezes, permaneceram trabalhando nas unidades produtivas em condições parecidas com as da escravidão. "A abolição garantiu a liberdade aos trabalhadores escravizados, no entanto os libertos não tiveram muitas opções com o fim do cativo, pois não receberam terras e nem foram indenizados" (FIABANI, 2012, p. 26).

Conforme Shoenaers:

A lei de 1888 deu a todos plena liberdade. Pelo menos nas palavras, a escravidão, aqui acabou. Mas o será, também de fato? (...) o negro aqui em Jaguarão é sempre desprezado, um "João ninguém". Por certo tenho para mim, que a escravidão continua". (SCHOENAERS, *apud* SOARES & FRANCO, 2010. p. 88).

Pode-se analisar que a situação do afro-brasileiro em Jaguarão ficou mais difícil ainda após a libertação, pois ficaram sem direito nenhum e ainda tiveram que

enfrentar o preconceito e a discriminação pós-abolição que a sociedade formada pela classe dominante da época realizou a fim de construir uma cidade excludente que sobrevive até hoje como nas manifestações em jogos, nos assassinatos onde as maiorias são jovens negros.

Apesar de todo sofrimento, os afrodescendentes não cruzaram os braços e se mobilizaram, em Jaguarão houve muitos movimentos para mudar esse cenário, mas infelizmente esta história não está nos livros. As resistências e manifestações pró-Abolição se materializaram com protestos, preservação da cultura afro através da religiosidade, constituição de irmandades, clubes negros e outras. Tais ações foram passadas oralmente de geração em geração e a partir desta intervenção ficaram documentados na biblioteca de nossa escola, para que outras pessoas possam utilizá-los com fins pedagógicos.

A Lei nº 10.639/03 que estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio, o parecer do CNE/CP 03/2004 que aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas; e a resolução CNE/CP 01/2004, que detalha os direitos e as obrigações dos entes federados, compõe um conjunto de dispositivos legais considerados como indutores de uma política educacional voltada para a afirmação da diversidade cultural e da concretização de uma educação das relações étnico-raciais nas escolas, desencadeada a partir dos anos 2000. É nesse mesmo contexto que foi aprovado, em 2009, O Plano Nacional Das Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e cultura Afro-Brasileira e Africano.

Essa Lei propõe novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana. Os professores na E.M.E.F. Dr. Fernando Corrêa Ribas ressaltaram em sala de aula a cultura afro-brasileira como constituinte e formadora da sociedade brasileira, após a intervenção, como veremos nos capítulos a seguir, os negros foram considerados como sujeitos históricos, valorizando o pensamento de importantes intelectuais negros brasileiros, a cultura, música, culinária, dança e as religiões de matizes africanas.

No dia 20 de novembro de dois mil e quatorze foi realizada uma Mostra de conhecimento aberta ao público, para mostrar o que os alunos aprenderam e o tema foi História e Cultura Afro-Brasileira, comemorando o dia Nacional da Consciência

Negra que ocorre nesta mesma data, instituída por esta Lei, em homenagem ao dia da morte do líder quilombola Zumbi dos Palmares.

Figura1-Painel da Mostra de conhecimentos confeccionado pelos alunos.



Fonte: Fotografia tirada por Maria Túlia Mendes Arence no dia 20 de novembro de 2014.

Assim, entendemos que a escola deve ser vista como um espaço em que se educa para uma ação antirracista, na qual através das práticas pedagógicas e curriculares teremos a possibilidade de construir a igualdade racial que pretendemos. Há anos o educador vem reproduzindo uma sociedade racista devido a uma prática pedagógica que, sem pensar, reproduz a sociedade excludente em que vivemos. Pode-se constatar essa realidade especificamente nos livros didáticos onde o negro é colocado como subalterno, “raça inferior”. Por exemplo, em Triunfo (1987, p. 94) encontramos a representação de um grupo de crianças resolvendo um problema de matemática: as crianças brancas têm os olhos vivos de quem sabe como fazer, enquanto que a negra é apresentada com um enorme ponto de interrogação sobre a cabeça.

Quanto à composição étnica dos alunos, 50% são afro descendente, porém 20%, não se declaravam negros e negavam sua etnia. Esta declaração era feita através da observação e em contato direto com meus alunos, já que exerço a função

de diretora deste estabelecimento de ensino, o que facilita o diálogo com os mesmos. Creio que, em parte, este fato acontecia, pois os mesmos não conheciam a sua história. Também rejeitavam o pertencimento étnico pelo fato de não se identificarem na história do Brasil, exceto quando se referiam à escravidão, onde a história do povo africano no Brasil surge a partir do navio negreiro, ignorando-se a cultura e a história que este povo trouxe para a formação da nação brasileira.

A escola é um espaço que oportuniza os alunos a conviverem com outras crianças e adultos. É um ambiente propício para que ocorra o aprendizado levando em conta a diversidade e a desigualdade. Todos precisam saber sobre a cultura do outro, pois é direito de todos terem acesso ao conhecimento. Neste sentido, que procuramos destacar a importância da aplicação direta das referidas leis na escola pública, pois a afirmação da identidade de um ser humano e sua aceitação pelos outros, depende que o mesmo tenha condições de se apropriar de sua história fazendo memória da mesma.

A intervenção abordou questões como valorização, compreensão da diversidade da cultura afro-brasileira, conforme preconiza a Lei 10.639/03. Esta se fez necessária a partir do momento em que estamos vivendo num país em que a população "negra", segundo o último censo do IBGE, corresponde a um total de 50% dos brasileiros. Por isso, reconhecer a história e a cultura negra dentro da escola é valorizar a ancestralidade étnica, racial e cultural que compõe o *ethos* de todos os brasileiros.

Segundo Petronilha B. Silva (2005) devemos educar para a igualdade, dando a esse termo o nome de "africanidades brasileiras" que se referem ao modo de ser, de viver, de organizar suas lutas, próprios dos negros brasileiros. Assim, que se busca ressaltar as marcas da cultura africana, que independentemente da origem étnica de cada brasileiro, fazem parte do modo de ser de todos nós.

Para atingir os objetivos propostos o trabalho foi dividido da seguinte forma:

No primeiro capítulo apresentamos a introdução do trabalho onde se destaca a importância da lei 10.639/03 e um breve histórico da cidade de Jaguarão e do local onde foi aplicada a intervenção. No segundo capítulo, contextualizamos o local onde ocorreu a intervenção, a escola pública localizada em um bairro de periferia onde 20% dos seus moradores são afrodescendentes, segundo o censo 2010. No terceiro capítulo falamos sobre a justificativa dessa intervenção, que retrata os reais motivos de se intervir na escola para o cumprimento Lei 10.639/03 que trata da História e

Cultura afro em um país que não se considera racista, mas que tem atitudes racistas e discriminatórias contra os afrodescendentes.

O quarto capítulo refere-se ao marco teórico e aos autores que dão embasamento à intervenção, sendo os principais pesquisadores nomes como Kabengele Munanga, Petronilha Silva, Nilma Gomes, Joel Candal, Francis Fanon, Stuart Hall, entre outros, que falam sobre a identidade, memória, história e cultura dos povos em especial os autores que falam sobre a cultura afro-brasileira. O quinto capítulo refere-se à metodologia utilizada para desenvolver os objetivos propostos, onde explicamos o método dividido em dois: de intervenção e de avaliação, posteriormente elucidamos os instrumentos empregados para a coleta dos dados da pesquisa.

No sexto capítulo a pesquisa se concentra na Intervenção na Escola, relatando como se deu o processo de intervenção, quais as práticas utilizadas pelos professores para que os alunos aprendessem de forma prazerosa e dinâmica, relatam-se os cursos de formação proporcionados aos professores sobre História e Cultura Afro-Brasileira, caracterizando diversos movimentos sociais que existiram no Brasil em especial os que aconteceram em Jaguarão. O sétimo capítulo é dedicado à análise dos dados coletados. No último capítulo é apresentado o Procedimento Metodológico de Avaliação baseado em Bogdar e Bikler, que abordam a pesquisa qualitativa como uma constituição em uma aproximação entre o sujeito e o objeto, onde se constrói uma empatia entre os seres envolvidos no processo e as ações tornam-se significativas, fazendo que o sujeito intervenha no problema gerador, aqui também buscamos um novo olhar sobre o aspecto avaliativo no interior da própria escola.

2. Contexto da Intervenção

O ambiente em que desenvolvi a intervenção foi a Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. Fernando Corrêa Ribas, a qual eu estou como diretora, localizada na zona urbana, a Rua Rosalino Lopes de Moura, 121, no município de Jaguarão, possui uma infraestrutura de 500m², oferece atendimento nos dois turnos, a faixa etária de atendimento é dos 05 anos aos 18 anos, é composta de 12 turmas, totalizando 164 alunos, 24 professores, uma secretaria, três banheiros coletivos, uma quadra de esporte, sem cobertura, uma cozinha e um refeitório.

A escola dispõe de um laboratório de informática, com 20 computadores, uma biblioteca, uma sala dos professores, sete salas de aula, uma sala de orientação, uma sala de supervisão e uma sala da direção. (BRASIL. MEC.Censo Escolar, 2013).

O pátio da escola possui uma quadra de esporte, não coberta, o que dificulta a sua utilização devido às variações do tempo. A equipe diretiva é formada pela diretora, vice-diretor, supervisora e duas orientadoras educacionais, uma pela manhã e outra pela tarde. A qualificação dos professores é de 80% em licenciatura plena, 10% licenciatura curta e 10% magistério, tendo 90% com cursos de especializações nas mais diversas áreas.

Os alunos que estudam neste estabelecimento de ensino residem no próprio bairro, 80% recebem Bolsa-Família¹, a maioria são filhos de pescadores, serviços gerais, empregadas domésticas, recicladores e comerciários. Pela observação percebe-se que 50% dos alunos são afrodescendentes.

Os dados levantados pelo Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), do MEC, diagnosticou um grande problema, nossos alunos apresentam um déficit em idade e série, 20 alunos dos anos finais do Ensino Fundamental deveriam estar no Ensino Médio e 02 alunos dos anos iniciais também deveriam estar no Ensino Médio (BRASIL. MEC. Censo escolar, 2013).

É nesse contexto em que atuo como professora há oito anos e dois como diretora, onde desenvolvi a intervenção Práticas de Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira.

2.1. Sujeitos da Intervenção

Em relação aos sujeitos envolvidos nessa intervenção, destaco que desde o primeiro momento em que comecei a pensar nas ações interventivas na escola, planejei trabalhar com os professores dos anos finais do Ensino Fundamental, pois é nessa fase de ensino que encontramos os maiores problemas de aprendizagem.

Segundo o diagnóstico da escola realizado pelo PDE Interativo (Programa de Desenvolvimento da Escola Interativo), baseado no Censo do ano de 2013 os

¹ Bolsa-Família programa do governo federal que consiste na transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo país. (www.bolsa.familia@mds.gov.br último acesso 05/02/15).

índices de reprovação no Brasil é de 9,1%, no Estado 11,7%, no Município 13,9% e na Escola 14,5% (www.pdeinterativo.mec.gov.br/diagnóstico,2013), a reprovação nessa escola ultrapassa a média do Brasil, ao analisar os dados verifica-se que os alunos que mais reprovam são os afrodescendentes, conseqüentemente um pequeno número de alunos consegue aprovação, por isso no dia 26 de fevereiro de 2014, apresentei o problema aos meus colegas, a intervenção que deveria ser realizada a fim de mediar essa dificuldade que encontramos e convidamos todos os professores para serem sujeitos desta pesquisa.

Nesse momento todos acharam a proposta interessante e que estavam dispostos a trabalhar essa temática. Em seguida relatei que precisava do termo de consentimento por escrito, de cada um deles para efetivar a pesquisa na escola, preservando a identidade deles. Estes cuidados são sugeridos por Bogdan e Biklen“...funcionam mais como forma de proteção do grupo profissional do que como repositórios de normas de conduta” (BOGDAN E BIKLEN,1994, p.75).

Definiu-se mencioná-los como professores da área que atuam, a fim de preservar suas identidades. Como diz Bogdan e Biklen os pesquisadores qualitativos devem ter princípios éticos como proteção da identidade dos participantes, respeito com os sujeitos, negociação realista da pesquisa e autenticidade ao apresentar os resultados.

3. A necessidade de uma transformação no processo pedagógico frente ao contexto sócio-cultural do negro na escola pública

Conforme nos explica Cavalleiro (2000) :

A escola continua reproduzindo um modelo excludente e construído desde o período da escravidão. O racismo se expressa de múltiplas formas a negação das tradições africanas e afro-brasileiras, dos nossos costumes, negação da nossa filosofia de vida, de nossa posição no mundo .de nossa humanidade (CAVALLEIRO, 2000, ,p.7).

A Lei 10639/03 só renderá frutos quando acontecerem mudanças importantes nos processos de formação inicial e continuada dos professores e principalmente na práxis do educador. “Toda práxis é atividade, mas nem toda atividade é práxis” (VASQUEZ 1977, p.185), por isso, a práxis deve ser vista como uma atividade transformadora também com relação ao próprio homem que, na mesma medida em que atua sobre a natureza, transformando-a, produz e transforma a si mesmo. Seguindo essa linha de pensamento, não discutir o preconceito presente no espaço escolar é manter a população negra na condição de “inferioridade” e a população “branca” acreditando numa suposta situação de “superioridade”.

“Desmistificar a ideia de que o passado escravo é o único papel histórico a ser atribuído às populações afrodescendentes, se constitui numa obrigação da escola enquanto espaço de construção de conhecimento” (ROCHA 2008, p. 59). Para tanto, fez-se necessário à intervenção a fim de mudar esse contexto escolar e até mesmo a sociedade em que estamos inseridos.

Dez anos após a promulgação da Lei 10.639/03, constatamos poucos avanços em relação a sua aplicabilidade. Os recursos disponibilizados, os cursos oferecidos, o material didático produzido não foram suficientes para tornar a Lei efetiva. Diariamente nos deparamos com manifestações racistas, explícitas e veladas. Quando abrimos o livro didático ainda predomina a visão eurocêntrica de sociedade. Precisamos de atitudes contundentes diante destes fatos, visto que continuamos a formar crianças violentadas pelo racismo, sem lhes dar acesso ao conhecimento da diversidade cultural brasileira e às práticas que a compõe.

Justifico esta intervenção como qualitativa, pois não podem medir as atitudes, sentimentos, emoções, memória... que foram desencadeadas nesse trabalho. Iniciei pela observação dos colegas, alunos, alguns entrevistados, pessoas que visitaram a escola para participar da proposta, registraram os fatos através de fotos, filmagens, narrações, entrevistas e análise de documentos. A mesma foi aplicada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. Fernando Corrêa Ribas com o objetivo de trabalhar a História e Cultura afro brasileira nas atividades didáticas; com ênfase na prática dos professores deste estabelecimento de ensino e a todos os alunos o conhecimento da cultura e história de um povo que contribuíram com a construção desse país.

Para Gomes (2010, p. 19), o Estado brasileiro, por meio de uma ação educacional, sai do lugar da neutralidade estatal diante dos efeitos nefastos do racismo na educação escolar e na produção do conhecimento e se coloca no lugar de um Estado democrático, que reconhece e respeita as diferenças étnico-raciais e sabe da importância de sua intervenção na mudança positiva dessa situação. Neste sentido, que queremos destacar a história e a cultura afro como importantes na disseminação da igualdade e do respeito a todas as pessoas através do conhecimento da realidade de vida do outro.

A escola, enquanto meio educacional, deve oportunizar meios didáticos e metodologias que facilitem a compreensão sobre cultura afro-brasileira. A atuação do professor principalmente nas séries iniciais deverá ser planejada e coerente. Conforme Gallahue e Ozmun (2001, p.64) a escola, muitas vezes, é o espaço onde pela primeira vez, as crianças vivem situações de grupo e não são mais o centro das atenções, sendo que as experiências vividas nesta fase darão um desenvolvimento saudável durante o resto de sua vida. Assim, pôde-se observar que com a intervenção, a Lei tornou-se efetiva, os alunos conheceram História e a cultura afro-brasileira, participaram das ações, passaram a se interessar pelos estudos e a comunidade escolar tornou-se mais participativa. Também emergiram valores culturais que havia na comunidade e que foram inseridos no currículo da escola, bem como no Projeto Político Pedagógico, a fim de torná-los permanentes no currículo escolar.

Os alunos entrevistaram os representantes das entidades que marcaram a nossa sociedade tendo a presença do povo negro como idealizador e sujeito capaz que lutou pela sua liberdade, contra o preconceito e qualquer outra forma de

racismo. Muitos episódios históricos aconteceram com o passar dos tempos, marcaram a nossa história e só foi possível o professor de História trabalhá-los, após a intervenção, por exemplo, João Cândido (O almirante Negro), A revolta do Malês, Canudos, assuntos que antes passavam despercebidos agora fazem parte do dia a dia da escola, conforme relatos dos alunos e professores. Assim a escola tornou-se o espaço onde os alunos passam a conhecer a história, a sua história, a de todos e a cultura afro faz parte deste cenário, como aborda o Portal da cultura afro-brasileira (2014):

Denomina-se cultura afro-brasileira o conjunto de manifestações culturais do Brasil que sofreram algum grau de influência da cultura africana desde os tempos do Brasil colônia até a atualidade. A cultura da África chegou ao Brasil, em sua maior parte, trazida pelos escravos negros na época do tráfico transatlântico de escravos. No Brasil a cultura africana sofreu também a influência das culturas europeia (principalmente portuguesa) e indígena, de forma que características de origem africana na cultura brasileira encontram-se em geral mescladas a outras referências culturais (www.faecpr.edu.br/site/p_afro_brasileiraportal. Acesso 10/08/14).

A cultura afro-brasileira recebe este nome, conforme Silveira (2011), por influenciar os costumes brasileiros desde o tráfico de escravos africanos. Ela acarretara mudanças em diversos aspectos. Podemos encontrá-la na música popular, nas religiões, na culinária entre outros lugares. Alguns Estados que sofreram mais significativamente esta influência foram: Bahia, Ceará, Piauí, Alagoas, Mato Grosso, Goiás, Maranhão, Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e outros.

A seguir apresentamos alguns pontos específicos trabalhados com os professores da escola sobre a cultura afro. Vejamos:

Na Religião: Segundo Santos (2012) os negros que vinham da África eram obrigados a acompanhar o catolicismo, para não perder sua cultura ela foi sendo gradativamente incorporada nessa religião, surgindo assim o sincretismo religioso brasileiro, que é a absorção de uma religião por outra, por exemplo, na Igreja Católica, a Imaculada Conceição é mãe de Jesus. No Candomblé é cultuada com o nome de Mãe Oxum entidade africana protetora das águas. O povo africano utilizou essa forma de sistema para não perder suas raízes já que havia perdido quase tudo, precisava manter viva sua cultura, nos terreiros de Candomblé, que é a religião trazida por eles oriundos da Nigéria e da República do Benim. Os seguidores do

Candomblé prestam cultos e adoram os orixás, que são deuses africanos que representam as forças da natureza.

Durante anos as religiões de matizes africanas foram perseguidas, tanto no período escravocrata, como pós-abolição, até mesmo sendo proibidas por as confundirem com religiões do "mal", confirmando o preconceito e racismo que existe contra o povo afro-brasileiro. Segundo a ministra religiosa ialorixá Carmem Prisco, para combater o racismo e a intolerância religiosa, o governo brasileiro precisa reconhecer a contribuição dos africanos na construção da alma brasileira e tombar o candomblé como Patrimônio Cultural Intangível da Humanidade.

O Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade, também chamado Patrimônio Cultural Intangível da Humanidade é uma distinção criada em 1997 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura a fim de dar a proteção e o reconhecimento do patrimônio cultural imaterial, abrangendo as expressões culturais e as tradições que um grupo de indivíduos preserva em respeito da sua ancestralidade para as gerações futuras. “São exemplos de patrimônio imaterial: os saberes, os modos de fazer, as formas de expressão, celebrações, as festas e danças populares, lendas, músicas, costumes e outras tradições” (www.carmenprisco.blogspot.com/. Acesso em 14/03/2014).

Seguindo este horizonte, convidamos a Mãe Nice de Xangô, dona de uma casa de Candomblé em Jaguarão para falar com nossos alunos sobre religiosidade africana. Ela visitou a escola, juntamente com mais um grupo de jovens vestidos com trajes característicos da religião e ela explanou sobre o culto aos orixás, sanou dúvidas dos alunos e professores, no final apresentou uma dança chamada “A dança dos Orixás”, onde uma de nossas alunas vestiu-se de Mãe Oxum, protetora dos rios e cachoeiras e dançou ao som dos atabaques.

Figura 2- Apresentação da aluna do 9º “A dança dos Orixás”.



Fonte: Fotografia tirada por Maria Túlia Mendes Arence no dia 20 de novembro de 2014.

Convidamos também o teólogo Sergio Luiz Lima Pereira para conversar com os alunos e professores sobre a Umbanda, religião formada pelos afrodescendentes no Brasil. Após os alunos relataram diversas experiências, sanaram algumas dúvidas que tinham sobre a religião que muitas vezes geram preconceito contra as religiões de matizes africanas.

Figura 3 - Conversa sobre a Umbanda com o Teólogo Sérgio Luiz Lima Pereira



Fonte: Fotografia tirada por Maria Túlia Mendes Arence no dia 25 de novembro de 2014.

Na Culinária: Quando os escravizados chegaram ao Brasil eram alimentados na senzala com feijão, arroz, mistura de carnes, legumes, verduras..., alguns alimentos utilizados na África, foram incorporados à comida brasileira e outros se originaram aqui, por exemplo, o quindim, doce muito apreciado por todos, tido como doce português, mas para o movimento negro surgiu quando as lavadeiras iam lavar as roupas de seus patrões, utilizavam a clara para fazer uma mistura que deixava a

roupa bem firme chamada goma², das gemas que sobravam elas faziam um doce muito apetitoso denominado quindim, essa teoria gera controvérsias por sua origem, mas se sabe que quem cozinhava eram as escravizadas e elas realizaram algumas adaptações nas receitas utilizando ingredientes do Brasil, dando uma grande contribuição à culinária brasileira, criando pratos tipicamente brasileiros (www.Orumilaia.blogspot.com.br/10/12/14).

As cozinheiras africanas misturavam legumes, carne de porco, feijão em uma panela realizando a feijoada. A feijoada é uma das comidas típicas que representa a cultura afro-brasileira, por isso, no dia 20 de novembro, no encerramento da Mostra de conhecimento foi servida a todos os presentes, ao meio-dia, uma feijoada, com arroz branco, couve, laranja, batata-doce grelhada com açúcar queimado e farofa.

Na Música: Segundo o portal da Cultura os estilos musicais portugueses, africanos e indígenas influenciaram a música brasileira, misturando ritmos, sons, instrumentos musicais como tambores e berimbau originaram o samba, o maxixe, maracatu e outras (www.far.edu.br/.Acesso10/11/14). Os estilos musicais afro-brasileiros foram muito discriminados, sendo tidos como “música para marginais” até o século XX, onde só então começou a ser mais bem aceito pela população com a influência de diversos artistas brasileiros.

O primeiro ritmo urbano de influência afro é o Lundu, seu ritmo é direto dos atabaques, descendente dos batuques. O samba nasceu na casa de baiana, que emigraram para o Rio de Janeiro, no início do século XX. O primeiro samba gravado foi pelo "*Pelo Telefone*", de autoria de Donga e Mauro Almeida, em 1917. No início deste mesmo ano, o samba foi relacionado com o carnaval, com o passar do tempo ganhou seu espaço e gerou derivados como o samba-canção, samba-de-breque, samba enredo, bossa-nova, sendo considerada uma das contribuições principais da manifestação cultural popular brasileira (www.faecp.edu.br/site/portal-afro-brasileiro/.Acesso10/11/14).

Na Arte: A arte africana influenciou muito o artesanato brasileiro desde que os escravizados chegaram aqui trazidos pelos portugueses. Trata-se de uma arte humana que identifica a preocupação com os valores étnicos, morais e religiosos, embora não tenham trazido fotos, malas, artefatos de sua terra natal trouxeram o

² Goma resina utilizada para engomar a roupa que ao passar deixa o tecido firme. (www.significado.com.br/.Acesso10/12/14.)

maior acervo de sua cultura que é a memória, a qual foi passando de geração em geração, adequando-se ao que existia no Brasil puderam sobreviver nos terreiros de Candomblé, nas confrarias, nos clubes sociais... (www.faep.edu.br/site/portal-afrobrasileira/.Acesso15/11/14).

A escultura foi uma forma de arte muito utilizada pelos artistas africanos usando-se o material que dispunham como matéria prima. Representando um disfarce para a incorporação dos espíritos e a possibilidade de adquirir forças mágicas, as máscaras têm um significado místico e importante na arte africana sendo usadas nos rituais e funerais. As máscaras são confeccionadas em barro, marfim, metais, mas o material mais utilizado é a madeira.

As professoras de Arte, Educação-Física, Português e História, ensaiaram duas peças teatrais: A Menina Bonita do Laço de Fita, com os alunos dos 6º anos e Pagador de Promessas com os alunos do 7º, 8º e 9º.

Figura 4 - Apresentação da Peça: “Menina Bonita do Laço de Fita de Ana Maria Machado”.



Fonte: Fotografia tirada por Maria Túlia Mendes Arence, no dia 20 de novembro de 2014.

Carregamos em nossa forma de viverem muitos hábitos da cultura afro, como fala Freyre (1992):

Todo o brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo - há muita gente de jenipapo ou mancha mongólica pelo Brasil - a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena ou do negro. No litoral, do Maranhão ao Rio Grande do Sul, e em Minas Gerais, principalmente do negro. A influência direta, ou vaga e remota, do africano (FREYRE, 1992, p. 05).

A história do Brasil incluiu a história de nossas raízes no currículo escolar, sem deixar para trás, a origem portuguesa e a indígena, o conteúdo tem de abordar a vinda involuntária dos africanos, isso porque, em 2003, o que deveria ser um direito virou lei “A obrigatoriedade do tema História e Cultura Afro-brasileira e africana”, existe desde que foi aprovada a lei 10.639. “A partir da sanção dessa lei, as instituições brasileiras passaram a ter de programar o ensino da cultura africana, da luta do povo negro no país e de toda a história-brasileira nas áreas social, econômica e política” (Queen, 2013).

O espaço escolar contempla a maior diversidade de culturas, que necessitam ser trabalhadas e valorizadas, porém, como aborda Ferreira (*apud* LEOPORACE, 2007), a nossa matriz de conhecimento, que é o que chega às escolas, é essencialmente eurocêntrica. O aluno estuda História da Europa, História dos Estados Unidos, e é isso que a gente reproduz, é isso que a gente tende a achar importante. Os outros Estados e aquilo que eles produziram, os seus mitos, as suas crenças, para nós são descartáveis.

Este paradigma tende a mudar com a implementação da Lei nº 10.639, que tem por objetivo divulgar e produzir conhecimentos, bem como atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, “tornando-os capazes de interagir objetivos comuns que garantam respeito aos direitos legais e valorização de identidade cultural brasileira e africana, como outras que direta ou indiretamente contribuíram (contribuem) para a formação da identidade cultural brasileira”. Santos (2008).

4. Marco Teórico: a prática docente como transformadora da realidade sócio-cultural

A presente intervenção mobilizou os docentes de todas as disciplinas, construindo um ambiente de reconhecimento e reflexão da história e cultura do povo afro-brasileiro. Como diz Santos sobre a memória coletiva que faz parte da sociedade quando é passada oralmente por alguém que sofreu a ação. Os escravizados não tinham como escrever a sua história, pois lhe era negado o direito de estudar e poucos conseguiam se apropriarem da escrita por isso as histórias eram passadas oralmente.

A memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todos pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção (SANTOS, 2004, p.60).

Continuando com o costume de sua terra natal onde lá existiam os *griot*, idosos que contavam histórias aos mais jovens. Através da história poderia se enaltecer alguma cultura em detrimento de outra, exatamente o que aconteceu com a cultura afro-brasileira, pois criaram à escrita e valorizaram somente o que estava documentado, menosprezando os povos que ainda não haviam se apropriado desse mecanismo.

Seguindo este horizonte, a intervenção baseou-se em formação dos professores com um curso de 120 horas, proporcionado pela UFRGS, entrevistas com membros da comunidade que exerceram papel relevante para essa sociedade, com mais de 40 anos, pesquisa sobre as entidades negras e visitas a lugares que os escravizados deixaram suas marcas.

Segundo Gil (2007, p.17) pesquisa é definido como "o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados". Neste sentido, a intervenção proposta aos professores propiciou um ambiente de construção de uma consciência crítica e de valores.

A ação do homem só tem sentido se for compromissada com a realidade, uma vez que, diferente do animal, o ser humano é capaz de reflexão. O homem existe. Está inserido no mundo. Toma conhecimento deste mundo, sendo até capaz de modificá-lo. Esta ação modificadora, entretanto, torna-se impossível, se ele estiver imerso e acomodado a este mundo e for incapaz de distanciar-se dele para admirá-lo e perceber o seu conjunto. Daí, a necessidade que tem o homem de contínua coexistência do “viver a realidade” com o “distanciar-se dela para refleti-la”, a fim de que possa, realmente, assumir seu compromisso. Isto é consciência crítica. E é, a partir desta visão crítica de realidade, que o homem se torna capaz de modificar o mundo em que vive. Ao contrário, a consciência ingênua leva a uma visão distorcida da realidade. (www.delecampio.com.br/2010/.../caracteristicas-da-consciencia-critica. Acesso em 10/08/14)

O homem como um ser social deve viver uma vida compromissada com a realidade, não pode um ser social interagir sozinho, para modificar a realidade deve refletir e afastar-se do problema para poder ter uma visão melhor de solução. Para desenvolver a intervenção, utilizamos alguns conceitos fundamentais como: raça, racismo, racismo velado, preconceito e relações étnico-raciais, que são reproduzidas atualmente e que devem ser combatidos na escola. Faz-se necessário compreender estes conceitos para entender a essência da Lei, pois o senso comum, muitas vezes, serve para confundir o verdadeiro sentido destes termos. Racismo e preconceito não são sinônimos. O preconceito é um conceito produzido sem base científica, ou seja, é um pré-conceito. Este existe em relação ao negro, ao indígena, ao obeso, ao estrangeiro, ao homossexual, às mulheres e outros. O racista geralmente é preconceituoso, no entanto, este último pode não ser racista.

O primeiro conceito a ser analisado é a palavra raça, que segundo o dicionário Aurélio, é a sucessão de ascendentes e descendentes de uma família, um povo; geração de Davi/grupo de indivíduos cujos caracteres biológicos são constantes e passam de uma a outra geração; raça branca, raça negra, raça amarela, raça vermelha/História natural subdivisão de uma espécie: raça humana. (www.dicionario do aurelio.com/. Acesso em 26-03-14).

Conforme o referido dicionário, o conceito de raça se sustenta se considerarmos que a humanidade é dividida em raças, ou seja, há uma divisão entre os homens baseada em caracteres hereditários ou características que herdamos dos pais, entre elas, a cor da pele e em atributos para cada grupo. Por exemplo, os arianos têm determinadas características e formam uma raça diferente dos indígenas que possuem outras características.

Pesquisas recentes desvendaram o DNA humano e concluíram que não há raças entre os humanos. Só há uma raça, a humana, portanto todas as especulações sobre divisão/hierarquia racial da humanidade caíram por terra. O que há entre os humanos são as diferenças culturais, que devemos respeitá-las. Edgar Morin segue outra direção oposta aos teóricos racistas e argumenta que há somente uma raça, a humana.

Explicar não basta para compreender. Explicar é utilizar todos os meios objetivos de conhecimento, que são, porém, insuficientes para compreender o ser subjetivo. A compreensão humana nos chega quando sentimos e concebemos os humanos como sujeitos; ela nos torna abertos a seus sentimentos e suas alegrias. [...] É a partir da compreensão que se pode lutar contra o ódio e a exclusão." (MORIN, 2008, p. 51).

Aqui Morin nos explicita que somente quando concebermos o sujeito como humano poderemos compreendê-lo e pararmos de excluí-lo. No entanto é importante compreendermos como surgiu o conceito de raça e sua evolução. Sem este entendimento não saberemos como surgiu o racismo atual.

Até meados do século XVIII, a explicação das diferenças físicas entre os homens era baseada na teoria cristã, onde algumas sociedades eram destinadas ao progresso exemplo: descendência de Abraão que gerou Isaac, herdeiro da "Terra Prometida", o povo judeu. Por esta definição, a humanidade estava dividida em cristãos e pagãos, sendo os cristãos escolhidos para o reino de Deus e os pagãos, destinado ao mundo das trevas. Percebemos que pela teoria cristã, os 'inferiores' eram aqueles que não aderiram ao cristianismo, por isso o esforço dos missionários e padres para cristianizar os índios e negros africanos. Segundo esta teoria, morrer sem conhecer Cristo, era padecer em um mundo de trevas.

No iluminismo, século XVII e XVIII, a explicação sobre as diferenças humanas ainda eram cristãs, mas surgiram algumas ideias que levaram o povo a acreditar em seres superiores e inferiores, onde os inferiores teriam que servir os superiores. Durante muitos anos a sociedade escravocrata se baseou nesta teoria para escravizar os seus semelhantes. Acreditando numa supremacia branca e afirmando a inferioridade negra.

Já no Romantismo (1760-1870) os românticos formularam a noção de uma essência imutável dos seres humanos, além do alcance da história ou sociedade.

Essa essência proporcionou o significado de sujeição à comunidade, essência de pertencimento. “Se pertencemos a alguém devemos servir” (MALIK,1996, p.12). Para Malik é importante entender a raça como parte de uma tentativa de articular diferenças internas à sociedade europeia, onde as distinções de classes eram consideradas raciais.

Charles Linnaeus (1701-1778) classificou os seres humanos em ordem descendente: europeus brancos, americanos vermelhos, asiáticos amarelos e africanos pretos. “Deu características a cada um deles segundo a raça: brancos: suaves e inventivos; vermelhos: obstinados; asiáticos : melancólicos, cobiçosos e os pretos indolentes e negligentes”. (MALIK,1996, p. 12). Já Georges Cuvier (1769-1832) acreditava na hierarquia das raças, os brancos no topo e que as diferenças de cultura e de qualidade mental podiam ser produzidas por diferenças físicas. (MALIK,1996, p. 12) .

Tanto Linnaeus quanto Cuvier defenderam a existência de raças e sua hierarquização, com o branco no topo. Percebemos que há associação de atributos morais às raças, como se estas qualidades fossem transmitidas de pai para filho. Estas teses estapafúrdias alimentaram os discursos dos racistas que atribuíram características comportamentais a determinadas raças. Por exemplo, o branco é inventivo, trabalhador, enquanto que o negro é indolente, limitado em sua capacidade de criar.

Segundo Weber (1864-1920), raça, etnia e nação estão baseadas na comunidade de origem, mas diferentemente do grupo étnico que reivindica poderio político. Para Weber não é o isolamento que cria a consciência étnica e sim a comunicação das diferenças, pois, a partir dela que se cria a atração entre os iguais e a repulsa pelos diferentes. (MALIK, 1996, p. 13).

Guimarães (1999) defende a utilização do conceito de raça, em oposição aquelas que o consideram inadequado, por entender que há

[...] em primeiro lugar a necessidade de demonstrar o caráter específico de um subconjunto de práticas e crenças discriminatória e, em segundo, o fato de que para aqueles que sofrem ou sofreram os efeitos do racismo, não há outra alternativa senão reconstruir de modo crítico, as noções dessa mesma ideologia (GUIMARÃES, 1999. *op. cit.* p 20).

Raça para ele é definida como um conceito classificatório utilizado pelas pessoas com diferentes propósitos. Raça não tem validade científica, raça tem validade social, é uma construção social. Raça é portanto, um conceito classificatório. Serve para o racista classificar as pessoas associando o fenótipo a atributos pessoais. Por exemplo: o cabelo de raça negra é "ruim", por ser crespo, volumoso, resistente aos penteados, etc. Na verdade, o racista agiu sem conhecimento, pois a ciência comprovou que o cabelo pixaim é o cabelo mais resistente, o último que perde a cor original. "O termo raça somente pode ser utilizado em referência à ideia que fundamenta o racismo e não como uma categoria útil à classificação dos distintos grupos humanos" (MOORE, 2007, p. 17).

O movimento negro tem utilizado o termo raça no sentido de união por uma causa maior. Com frequência ouve-se as expressões "raça negra", "orgulho da raça". Neste caso, não há racismo, mas afirmação de um grupo social que historicamente sofreu a discriminação. Contudo, nem todo aquele que utiliza a noção de raça é racista, pois, racista é somente aquele que, além de acreditar na existência de raças, as hierarquiza em superiores e inferiores. Quem é contrário ao racismo utiliza a expressão raça para buscar alternativa de superação do racismo.

Racismo, segundo Kabengele Munanga (2010, p. 24)" é o sistema que afirma a superioridade de um grupo racial relativamente aos outros preconizando, em particular o isolamento destes no interior de um país (segregação racial) ou até visando ao extermínio de uma minoria (racismo anti-semita dos nazistas)". Carlos Moore defende a tese que o racismo não se estrutura em torno do conceito biológico de raça, nem a partir da escravização dos africanos, "mas sim a partir de um dado universal inegável, o fenótipo, e tem uma profundidade histórica maior que os 500 anos e mais de hegemonia ocidental sobre o resto do mundo". (MOORE, 2007 p. 18). O autor quis dizer que o racismo brasileiro tem raízes no passado escravista e o elemento cor serve para identificar as pessoas que são descendentes de africanos.

O racismo se construiu historicamente e não ideologicamente, segundo Moore, o racismo seria uma dinâmica determinada pela história e não pela ideologia, o que poderia provocar certas polémicas. Ele chega à conclusão de que a escravidão dos africanos tanto pelos árabes, quanto pelos europeus é racial, de maneira que o racismo está presente na eclosão da própria modernidade capitalista.

Para Munanga, o racismo retira a sensibilidade dos seres humanos para perceber o sofrimento alheio, conduzindo-os inevitavelmente à sua trivialização e banalização. “O ser humano não se coloca no lugar do outro, se coloca num patamar de superioridade a fim de reproduzir atos absurdos como é o caso do racismo” (MUNANGA, 2010, p. 25). Para o autor, o racista sabe que não é superior à vítima, mas se utiliza deste instrumento para mostrar uma falsa superioridade, que só serve a ele próprio. O racismo é, fundamentalmente, uma prática discriminatória, utilizada para alguém se 'afirmar' diante do seu semelhante.

O racismo como ideologia elaborada é fruto da ciência europeia a serviço da dominação sobre a América, Ásia e África. A ideologia racista se manifesta a partir do tráfico de escravos, mas adquire o status de teoria após a revolução industrial sobre o Colonialismo, escrito no imediato pós-guerra, salienta que Cortez e Pizzaro pilharam e mataram na conquista da América, mas que nunca afirmaram "ser mandatários de uma ordem superior", os hipócritas só vieram mais tarde (MEMMI, 1978, p. 22).

Outro mal que existe na nossa sociedade é o preconceito. O preconceito existe contra determinado segmento social, modo de vida, atributos estéticos, etc. conforme o dicionário Aurélio, o preconceito é a forma de pensamento no qual a pessoa chega à conclusão que entram em conflito com os fatos por tê-los prejudgado. “O preconceito existe em relação a quase tudo e varia em intensidade da distorção moderada a um erro total” (www.aurelio.com.br 26/03/14).

Preconceito social, étnico e racial denota uma predisposição psicológica de um indivíduo contra o outro que não lhe é igual em termos econômicos, fenótipos como: cor de cabelo, de pele, de cabelos, formas faciais, opção religiosa ou cultura. Preconceito quer dizer um juízo pré-concebido, que se manifesta numa atitude racista, discriminatória perante a uma pessoa, a alguma crença, algum sentimento ou até mesmo a alguma forma de comportamento que foge do padrão dito como "normal".

O preconceito é uma forma de sentimento e ação nociva ao ser humano que machuca, ofende, ridiculariza a outra pessoa. A pessoa preconceituosa julga o outro sem conhecer, tem uma ideia formada que foge da realidade, que se deixa conhecer o diferente, termina se fechando no seu mundo "perfeito", que na realidade não

existe e deixa de perceber que é nas diferenças que somos belos, pois cada ser humano é único.

Foi preciso criar uma lei que obriga as escolas inserirem nos seus currículos história e cultura africana para acabar com os preconceitos e racismos. Através do projeto de intervenção, professores, pais, alunos e funcionários deverão intervir na realidade da nossa escola e propiciar práticas de igualdade e respeito irão romper com a tradição dos currículos europeizados.

A Lei 10.639/03 atendeu a reivindicação do movimento negro e de intelectuais que estavam descontentes com os rumos que a Educação do país estava tomando. As crianças negras eram as primeiras a desistir da escola e as que mais reprovavam. Uma das causas era a ausência da história do negro nos currículos. Outra causa era o racismo - explícito e velado - que ocorre nas escolas.

Com o fim da ditadura militar em nosso país, tivemos a aprovação de uma nova Constituição Federal de 1988, que assegurou entre tantas conquistas sociais, o direito de igualdade. No artigo 5, da Carta Magna está escrito:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e a propriedade. (BRASIL. Constituição Federal de 1988. Brasília. 1988, artigo 5°).

Também, no inciso XLII, "à prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão, nos termos da lei". (BRASIL, 1988). Apesar de a Constituição existir a 26 anos, infelizmente o racismo continua a existir de uma forma velada como diz Munanga: "O nosso racismo é um crime perfeito e velado, difícil de ser punido mas que deve ser coibido e erradicado de nossa sociedade" (MUNANGA, 2005, p. 15).

A Lei 10.639/03 é uma norma que veio para mudar a Educação, mudar a postura dos professores frente à realidade social. Os índices sociais revelam que os negros ocupam as piores posições. O Estado tem ofertado políticas públicas para a população negra a fim de mudar este quadro. Muitas pessoas discutem as questões das Políticas Afirmativas acreditando serem desnecessárias e que incentivam o

racismo e o preconceito, isso acontece porque elas não se apropriaram do que são e o que elas vieram propor para equiparar a desigualdade social que vivemos.

O povo africano foi retirado de sua terra para ser escravizado no Brasil, foi separado de sua família, proibido de falar a sua língua, de professar sua religião, não podiam realizar nada que lembrasse a sua terra natal. Esse povo lutou muito para poder conquistar sua liberdade, desde fugas isoladas ou em massa, suicídio, genocídio... pois o sofrimento era tanto que as vezes acreditavam ser a única maneira de conquistar a liberdade. Essas atitudes eram um prejuízo muito grande para seus "donos", utilizo esta expressão, pois os escravizados eram tidos como propriedade e o seu proprietário tinham direito sobre eles de vida ou morte e custavam muito caro, causando um prejuízo muito grande. Essa história triste em nosso país durou mais de 300 anos, com a Abolição o povo africano e afro-brasileiro saíram da senzala, sem indenização nenhuma, construíram esse país e não tiveram direito a nada. Após a abolição esse povo lutou por uma escola pública onde pudesse estudar, poder ter o direito de praticar sua religião, a sua música, poder fazer parte da sociedade rompendo com o racismo e o preconceito.

No século XXI, as pessoas podem dizer para que lembrar o passado? O povo sem passado não muda o seu presente, o racismo continua de uma forma velada, escondida e isso torna a luta pior, a mídia continua reproduzindo profissões para negros e brancos, por isso a necessidade de igualar as oportunidades para todos, pois se todos tiverem um ensino de qualidade, todos poderão chegar a uma vida melhor, mas enquanto isso não acontece é necessário haver o sistema de cotas, oportunizando ao povo afro-brasileiro ascensão e o reconhecimento que tanto necessita

Vejam os alguns dados fornecidos pelo IPEA:

	Negros e Pardos	Não Negros	Proporção
População	96.795.294	93.953.897	1,03
Taxa de suicídio	4,2	5,3	0,78
Taxa de mortes por acidentes	14,8	15,4	0,96
% de pessoas que foram agredidas	1,8	1,3	1,38
Distribuição de pessoas que não procuram a polícia	61,8%	38,2%	
Distribuição dos que não procuram a polícia porque não acreditam na polícia	60,30%	39,70%	
Distribuição dos que não procuram a polícia porque não queriam envolver a polícia por medo de repudia	60,70%	39,30%	
Número de detentos	252.796	169.975	1,49
Taxa de detentos	261,2	180,9	1,44
Taxa de homicídios	36,5	15,5	2,35

Fonte: (Censo demográfico do IBGE 2010 PNAD 2009, Informações do Depan/MJ e do Sim/MS, relativas ao ano 2010, Elaboração Diest/IPEA.)

Observando a tabela do IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), no Brasil a população negra está em maior quantidade do que a branca. Por que os índices de agressão, de homicídios são maiores entre os negros? Por que os negros quando espancados não procuram a polícia? Será que as pessoas negras não acreditam na polícia?

O negro por suas experiências de vida sabe que há diferenças no tratamento, e nas investigações realizadas pela polícia quando há negros e brancos envolvidos. Isto é denominado “racismo institucional”, que vê o negro como fora da lei e assim o mata como dentro da lei. Os meios de comunicação, as novelas, a mídia, invadem a casa do povo brasileiro com informações racistas, formando uma sociedade preconceituosa, colocando o negro como inferior. Rompendo com esse paradigma, o movimento negro cria estratégias para vencer e uma delas é a educação, somente uma escola de qualidade para todos poderá romper com essa discriminação que o povo negro vem sofrendo.

Neste sentido, esta intervenção mudou a realidade na Escola Municipal Dr. Fernando Corrêa Ribas, por ela, foi possível analisar que no decorrer do ano as

ocorrências de ofensas, oriundas de preconceitos que ocorriam diariamente, as quais foram diminuindo gradativamente até se extinguirem no final do ano. Isso se deu, pois passamos a colocar no horizonte de nossa educação a história e a cultura do povo afro-brasileira como um valor.

5. Procedimento metodológico da Intervenção

A metodologia utilizada nas intervenções da Escola Municipal Dr. Fernando Corrêa Ribas, são requisitos fundamentais para obtenção do título de mestre no curso de Mestrado Profissional em Educação, tendo como embasamento Damiani (2013).

Pesquisa do tipo intervenção pedagógica: são investigações que envolvem o planejamento e a implementação de interferência, destinada a produzir avanços, melhorias no processo de aprendizagem dos sujeitos que delas participam e a posterior avaliação dos efeitos dessas interferências (DAMIANI, 2013. p.58).

Neste caso a intervenção relatada teve como objetivo trabalhar a história e cultura afro nas atividades didáticas de sala de aula, com base no que está explicitado na Lei 10639/03, oportunizando aos alunos o conhecimento da História da África e Cultura Afro-Brasileira e jaguareense para que todos tenham conhecimento da diversidade cultural que formou esse país. Assim para que esta pesquisa interventiva tivesse validade científica foi necessário que houvesse rigorosidade no relatório das ações que foram desenvolvidas.

Conforme Damiani (2013):

Os relatórios das intervenções devem ser elaborados de tal forma que permitam ao leitor reconhecer suas características investigativas e a rigor com que as pesquisas foram levadas a cabo, para que não sejam confundidas com relatos de experiência pedagógicas (DAMIANI, 2013. p.60).

Segundo Sannino (2011), as intervenções são usualmente, consideradas procedimentos técnicos, sem que se leve em conta seu valor epistemológico ou de produção de conhecimento. Escrevendo especificamente desde o ponto de vista das pesquisas orientadas pela teoria histórica cultural da atividade; Princípios epistemológicos; O princípio funcional da dupla estimulação; método genético-experimental; método instrumental ou método histórico-genético.

O método instrumental ou método histórico-genético é o que mais se enquadra nos pensamentos de Damiani (2013), ela divide a pesquisa do tipo intervenção em dois componentes principais: o método de intervenção e o método de avaliação da intervenção. O método de intervenção que será apresentado irá descrever as ações que desenvolvi na escola junto aos sujeitos envolvidos nesse processo durante o ano letivo de 2014.

Segundo Vygotski (1978) a investigação histórica de conduta não é algo que complementa ou ajuda o estudo teórico, senão que constitui o seu fundamento. A pesquisa da ação deve ter fundamentos metodológicos para dar legitimidade a esta intervenção na perspectiva histórica na medida em que envolvi descrições da maneira que o problema foi detectado, sendo abordado na tentativa de sua resolução e a solução do problema inicial foi avaliada.

Para exemplificar o que Vygotski (1978) afirma ao analisar as entrevistas uma professora comentou “Será que pesquisar sobre coisas que aconteceram no passado com os negros não irão fazer com que as pessoas se revoltam?” Ao fazer parte do curso UNIAFRO, essa professora foi se apropriando do conhecimento da História e Cultura africana e afro-brasileira e foi colocando as atividades propostas em prática como: textos, músicas, histórias, parlendas, redação e entrevistas sobre o tema que ao chegar no final do ano ao ser entrevistada ela relatou que agora sabe

coisas que desconhecia e a partir desse momento tem condições de colocar em prática o que aprendeu.

Houve envolvimento dos quatro professores que com suas práticas incentivaram os outros a desenvolver a temática, mas até entenderem foi difícil. Os alunos aceitaram muito mais as propostas do que os professores, conforme pode se observar pelas fotos e as filmagens.

Quando a mãe de santo foi convidada pelos alunos para palestrar na escola, sobre o Candomblé os professores ficaram horrorizados, então tive que conversar com eles para aceitarem, chegando o dia da palestra os alunos ficaram bem à vontade e participaram através de perguntas, já os professores estavam constrangidos, mas ao decorrer da palestra os professores ficaram admirados pela sabedoria que ela tem, quando a convidada falou: “No Candomblé existe uma hierarquia onde o mais velho é respeitado por todos, ele é obedecido em tudo, mas o mais velho respeita o mais novo e aprende a ouvi-lo”, essa frase conquistou os professores eles começaram a fazer perguntas, passaram a participar rompendo com a barreira do preconceito.

O método da avaliação de intervenção apresenta os instrumentos de coleta e análise de dados que foram utilizados para analisar os efeitos da intervenção, assim os instrumentos utilizados para avaliar foram às ações desenvolvidas pelos professores juntamente com os alunos: onde as turmas que tiveram a ação dessas intervenções resultaram em 80% de aprovação no ano de 2014, conforme análise do boletim de resultados do rendimento escolar anual, conforme em anexo, outro instrumento utilizado para a avaliação foi o de observação não estruturada das aulas ministradas pelos professores que estão em fotos e vídeos.

As ações realizadas pelos professores foram: produção de texto sobre preconceito e racismo, entrevista com pessoas com mais de quarenta anos negras sobre sua vida escolar e se sofreram preconceito ou discriminação; peça teatral e dança que retratam a história do afro-brasileiro, pesquisa sobre as entidades negras (clubes e irmandades) e palestras com líderes religiosos do bairro.

Acredito que essas ações ocasionaram em nossos alunos a motivação para estudar e conseguir um melhor resultado em relação ao ano anterior, pois eles

tiveram que se envolver com as atividades propostas, pesquisaram, entrevistaram, dançaram...; os professores tiveram que se desacomodar para poder acompanhar os alunos nessas atividades, sendo que para eles era fora dos conteúdos, até haver o envolvimento de todos foi uma luta diária com muita conversa, com a troca de experiências, nas reuniões pedagógicas houve entendimento, no fim tudo foi feito para que nossos alunos aprendessem.

5.1. Instrumentos de coleta de dados

No início do ano letivo de 2014, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os professores e aplicado um questionário com perguntas objetivas. Através das entrevistas conseguimos perceber as dificuldades que os professores tinham em trabalhar a História e a Cultura afro-brasileira. Para Bogden e Biklen “uma entrevista consiste numa conversa intencional, geralmente entre duas pessoas, embora por vezes passe a envolver mais pessoas, dirigida por uma das pessoas, com objetivo de obter informações sobre a outra” (BOGDEN E BIKLEN, 1994, p.134).

Realizamos entrevistas semi-estruturadas com pessoas do bairro que tinham mais de quarenta anos, negras, que foram utilizadas pelos professores em suas práticas, pois elas relatavam o preconceito e o racismo que sofreram no ambiente escolar; com representantes dos clubes negros de nossa cidade e análise dos documentos que falam sobre as Irmandades Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. “A prática estabelece tarefas e serve como juiz supremo da teoria como seu critério de verdade. A prática dita à forma de construir conceitos e formular leis.” (VYGOTSKI, 1927, p. 356).

Durante a intervenção foi aplicado questionário com questões objetivas, para serem utilizadas como instrumento na prática dos professores, pois quis mostrar aos professores que os problemas que essas pessoas com mais de 40 anos, tiveram na escola não poderiam mais ser repetidos

6. Intervenção realizada na Escola Dr. Fernando Corrêa Ribas

O professor de História, no mês de março 2014, após conversa com esta educadora, passou a colocar em prática a Lei 10639/03 que trata sobre a História e Cultura dos afrodescendentes, pois achava que era uma necessidade mostrar a todos a participação que o povo afro teve na construção do Brasil, rompendo com o racismo e preconceito que até hoje existe. Em uma de suas explanações o professor relata que sempre teve vontade de trabalhar com essa temática, mas nunca havia tido coragem, até o momento que foi incentivado pela direção da escola e resolveu colocar em prática.

A primeira atividade a ser desenvolvida com os alunos foi olhar o filme "Besouro". Que é um filme de aventura, paixão, misticismo e coragem; marca a estreia de João Daniel Tikhomiroff, um dos diretores mais premiados do mundo, na direção de longa-metragens e conta com o roteiro de Patrícia Andrade.

O filme Besouro foi divulgado na escola para assistirem, pelo professor de História e os alunos do 6º, com cartazes e anúncios, a propaganda foi tanta que todos os 43 alunos que compõem essa escola, nos anos finais do Ensino Fundamental, quiseram assistir; com esse movimento os professores das outras disciplinas também quiseram participar, chegando o dia todos participaram. A professora de português utilizou o filme para fazer um texto reflexivo, com os alunos do 7º ano, a professora de Ciências utilizou a temática com os alunos do 8º e 9º ano, falando sobre a pigmentação da pele. A professora de geografia juntamente com os alunos do 6º ao 9º começou a estudar o continente africano. Convidamos a diretora de outra escola municipal para que trouxesse o grupo de capoeira até nossa escola para jogarem com nossos alunos, na data marcada os alunos se integraram com os colegas da outra escola, alguns que já sabiam jogaram, os outros participaram com palmas e cantaram.

Após apresentação de capoeira na escola, um grupo de alunos nos procurou solicitando que para o ano de 2015, houvesse um grupo de capoeira, imediatamente a solicitação dos alunos foi acatada e inscrevemos no Programa Mais Educação

essa oficina, portanto para o referido ano haverá quatro oficinas: Orientação a Leitura, Banda Musical Fanfarra, Futsal e Capoeira.

6.1. Capoeira: esporte e cerimônia

A capoeira é uma expressão cultural brasileira que mistura arte marcial, esporte, cultura popular e música. Foi desenvolvida no Brasil pelos escravizados africanos. Era costume dos povos pastores do sul de Angola, na África, comemorar a iniciação das jovens á vida adulta com uma cerimônia chamada n'golo (que quer dizer zebra, na língua quimbunda). Durante a cerimônia, os homens disputavam uma competição de luta animada pelo toque de atabaques em que ganhava quem conseguisse encostar o pé na cabeça do adversário. O vencedor tinha o direito de escolher, uma noiva entre as jovens que estavam sendo iniciada a vida adulta, sem ter de pagar o dote, conforme Oliveira (1988,p. 93).

Quando os portugueses escravizaram os povos africanos, essa modalidade de luta foi trazida para o Brasil, como expressão de revolta contra o tratamento violento a que eram submetidos, começaram a praticar nos terrenos de mata mais rala conhecida como “capoeiras” (termo originário do tupi Kapu'era que quer dizer “mata que foi”, se referindo aos trechos de mata que eram queimados ou cortados para abrir terreno para as plantações dos índios), conforme Rego (1968, p.96).

A capoeira se caracteriza por golpes e movimentos ágeis e complexos. A pessoa que joga capoeira é chamada de capoeirista. O capoeirista aprende a lutar, jogar, tocar instrumentos típicos e a cantar, sempre em roda, chamada roda de capoeira que é uma figura geométrica, circular, formada pelos capoeiristas, que tem o significado de equilíbrio, todos os presentes tem a mesma importância, não existem maiores nem menores, todos tem o mesmo valor, nos indica Soares (2002, p.77). A roda é uma maneira de harmonizar e equilibrar as forma de energia presentes na capoeira. Todos tem uma participação igual, pois todos podem jogar ao chegar sua vez na roda e com isso todos são importantes na roda de capoeira.

O esporte utiliza o berimbau, o pandeiro, o atabaque, o reco-reco e o agogô, como instrumentos musicais, sendo que o berimbau dá ritmo ao jogo e cada um dos seus toques tem uma finalidade, pois os escravizados e os afro brasileiros após abolição eram permanentemente perseguidos não podendo jogar capoeira, sendo visto como marginais, então para se defenderem foram criados diversos toques de berimbau que servia para se comunicarem, por exemplo o toque de Cavalaria (avisava a presença da policia), já o toque Amazonas ou de São Bento (avisava que a área estava livre), conforme (www.wikipedia.org/wiki/capoeira. Acesso 20/09/14).

Através da capoeira os escravizados conseguiam lembrar a sua terra natal, treinavam os braços as pernas e todo o corpo assim podiam se defender das perseguições que sofriam. Segundo Soares a capoeira era a forma utilizada pelos escravizados de romper com o sistema escravista que ocorria no Brasil:

Qualquer oportunidade era usada pelos escravos, e a prática tanto tinha de luta marcial como de folguedo, jogo, exercício, relaxamento da faina do trabalho de carregar água ou do fardo de ficar “ao ganho”. Por volta do início da década de 1810, a capoeira já era uma fixação para os jovens escravos africanos, na cidade, e seu desafio à ordem escravista era semelhante a uma guerra de guerrilha, com surtidas isoladas, inesperadas, imprevisíveis, realizadas por pequenos grupos que, prontamente, dispersavam-se ao menor sinal dos agentes da ordem (SOARES, 2002, p.77).

Após a abolição, a capoeira continuava sendo perseguida e proibida como dizia o código penal de 1890 que proibia em todo território nacional a prática da capoeira, o decreto nº 847 de 11/10/1890, no governo do Marechal Deodoro da Fonseca e tantos outros decretos foram criados até meados dos anos 30 a fim de coibir a prática, sendo punida como ato de vadiagem e levados a prisão, sofrendo penas severas todos os capoeiristas. Essas leis aumentaram a discriminação entre as pessoas, mas não tiraram a garra e o sonho pela liberdade que os afro-brasileiros traziam consigo desde que seus ancestrais chegaram ao Brasil (www.wikipedia.org/wiki/capoeira. Acesso 20/09/14).

Em 1937 Mestre Bimba fez uma apresentação de capoeira, junto com seus alunos, ao então presidente Getúlio Vargas, que gostou muito do trabalho do Mestre e deu autorização para ele registrar a escola, assim criando a primeira escola de capoeira do Brasil, denominada Centro de Cultura Física e Luta Regional, passando

a ensinar a todas as elites econômicas, políticas, militares e universitárias da época. Mestre Bimba colocou na capoeira golpes e contragolpes, o atabaque, o berimbau, o agogô e o reco-reco, retirou do jogo a ladainha, criando assim a Capoeira Regional (www.wikipedia.org/wiki/capoeira. Acesso 20/09/14).

Em 1940, a capoeira saiu do Código Penal Brasileiro, assim começou um grande processo de romper com o preconceito que as pessoas que praticavam a capoeira sofriam. Já em 1941, o Mestre Pastinha criou o Centro Esportivo de Capoeira Angola, localizado no Pelourinho, em Salvador, com o objetivo de manter a capoeira na sua forma original, como explica Soares (2002, p.76). Apesar de ter havido essa divisão entre capoeira Regional e Angola, que não interferiu em nada no processo de aceitação, apenas opiniões diferentes de grandes mestres sobre a capoeira.

A capoeira foi o símbolo da construção da liberdade de um povo, superando todas as dificuldades ela continua até hoje representando a cultura do povo brasileiro, que sem usar armas combateu toda a injustiça que perseguia seus praticantes. Grandes nomes de capoeiristas passaram para a história como os acima citados e outros que passaram a vida lutando pela sua cultura como: Mestre Gigante, Manduca da Praia, Mestre Leopoldina, Pedro Cobra, Nascimento Grande e Besouro Mangangá (www.wikipedia.org/wiki/capoeira).

6.2. O Curso de formação

Após essa intervenção alguns professores relataram que não tinham conhecimento sobre a cultura afro e que gostariam de aprender, necessitavam de um curso de formação, para colocar em prática a lei 10.639/03. Então, em julho de dois mil e quatorze a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, através da UAB, Universidade Aberta do Brasil, em Jaguarão, ofereceu um curso, para os professores, chamado UNIAFRO, que é um curso de aperfeiçoamento de Políticas de Programação de Igualdade Racial na Escola (2º edição). Avisei para os professores e falamos que era a oportunidade deles aprenderem sobre a temática.

Para nossa surpresa dos 24 professores que desempenham o papel de ensinar e que estavam ansiosos por não terem conhecimento sobre a Cultura Afro, somente quatro decidiram aprender para aplicar em sala de aula.

PROFESSORES TOTAL	REALIZARAM O CURSO	NÃO REALIZARAM O CURSO
24	04	20

Os vinte professores que decidiram não realizarem o curso foram questionados, pois no primeiro momento queriam aprender, depois não queriam mais, alegaram não ter tempo, que estavam se aposentando e já era muito tarde para aprenderem, conversei com eles e não adiantou, então optei por trabalhar com esses quatro professores que se matricularam no curso e poderiam dar exemplo de trabalho aos outros professores que estavam acomodados com a situação em que se encontram.

O curso era dividido em quatro módulos. O primeiro módulo: História da escolarização do Negro no Brasil, com a abertura em Porto Alegre no dia 26/07/14, o segundo módulo: Território, Significações Etnoculturais e Educação, o terceiro módulo: Africanidade em sala de aula e o quarto módulo: Corpo e Diferença Racial na Educação escolar. Fomos a Porto Alegre, pois eu também me inscrevi. Após a abertura tivemos uma palestra com Kabengele Munanga que falou sobre as diferenças. Segundo ele as diferenças constituem nossa riqueza coletiva de humanidade, sem ela não existimos individual ou coletivamente. A diversidade e suas diferenças constroem a identidade de todas as pessoas. Todos semelhantes, todos diferentes biológica ou fisicamente pela geografia de nossos corpos. Somos todos mestiços: metade do pai e metade da mãe formando uma pessoa. Não é necessário construir um corpo, é necessário construir uma pessoa.

A Lei 10639/03 segundo Kabengele Munanga enfrenta muito preconceito por parte dos professores, pois não querem enxergar o racismo no Brasil. Dificuldade de ordem religiosa, pois acham que não podem participar dessa resistência, não entendem que o ser humano começa sobre a religiosidade. O Brasil nasceu das culturas das civilizações dos indígenas, africanos, europeus, asiáticos e

que não tem como fazer uma formação de História sem a cultura de todos os povos. Conhecer a África como parte do Brasil está dentro do ser humano.

Entre o discurso e a prática é diferente a consciência e a prática que muda, é um processo longo, não é em um ano que vai ser mudado, mas um dia será. Estas palavras me levam acreditar ainda mais no meu projeto de intervenção, pois são apenas quatro professores que farão a diferença na vida de nossos alunos, mas mudarão a realidade que vivemos. No dia vinte e sete de julho de dois mil e quatorze fomos visitar dois quilombos de Porto Alegre um era urbano e outro era rural. O quilombo urbano chama-se Quilombo Areal, quando chegamos ao local fomos recebidos pela líder comunitária, que nos contou como se formou o quilombo. O local abrigava a chácara da Baronesa do Gravataí, com a morte da Baronesa, que não deixou herdeiros e a abolição da escravatura, o Areal foi ocupado por negros alforriados da senzala da chácara que passaram a trabalhar nos lares da região e a morar naquele local, construindo uma identidade étnica, cultural e religiosa que até hoje é conhecida pelas suas casas de religião, pelo carnaval de rua e por músicos populares.

No ano de 2003, forçado pelo movimento negro o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, emitiu um decreto que possibilitou às comunidades negras a auto identificação como remanescente de quilombo, então a comunidade do Areal conseguiu sua escritura comunitária, onde as 80 famílias que moram ali, são proprietárias, nenhuma pode vender, essa conquista foi essencial para poder manter a identidade de Quilombo, já que é uma área urbana, muito cobiçada pelos grandes imobiliários que tem o interesse em tirá-los daquele local e construir condomínios luxuosos, como fizeram com outras pessoas, moradores das áreas próximas daquele local, desapropriaram suas terras e foram morar em outra localidade denominada Restinga, deixando sua história para trás.

O Quilombo do Areal tem um centro comunitário, onde há aulas de reforço escolar, artesanato, pintura e informática e cultuam suas tradições. Através do orçamento participativo os moradores conquistaram a construção de algumas habitações para aqueles que moravam em situação precária. Os quilombolas ainda aguardam o tombamento do antigo casarão da Baronesa, para poderem reformar e assim abrir para visitação como ponto turístico.

Sáímos do Quilombo do Areal e nos deslocamos para o bairro da Glória, subimos o morro de ônibus até certo momento após fizemos o caminho a pé, pois é um local de difícil acesso e não transita veículos grandes, quando saímos do centro de Porto de Alegre eram mais de dez ônibus, todos com professores que haviam se inscrito no curso, ao chegarmos ao bairro da Glória, dois ônibus pararam no meio do caminho e regressaram para suas casas, pois os professores negaram-se a conhecer o Quilombo dos Alpes, por acharem que o local era muito perigoso. Negaram-se o direito de conhecer o novo, parei para pensar e percebi que aquela atitude de “educadoras” era preconceituosa e racista, como seriam as aulas que elas ministravam e que alunos elas estariam formando. Como o caminho da erradicação do preconceito ainda está longe para acontecer, pois as pessoas que podem mudar essa situação se negam a reconhecer que o problema existe, mas nem tudo está perdido, ainda existe muita gente preocupada com a situação e querendo mudar, como é o caso dos outros educadores que ficaram e se permitiram conhecer as diferenças, as igualdades e a verdadeira história do quilombo contada pelos descendentes da escrava Edwiges. Quando retornamos a sede do curso fomos avisadas que esses dois grupos tiveram suas inscrições canceladas.

Após termos percorrido a estrada que dava acesso ao Quilombo dos Alpes juntamente com minhas colegas, fomos recepcionados por Rosangela da Silva Ellias, uma senhora simples, humilde, com o cabelo branco com um sorriso lindo, senti a sensação de estar em casa. O lugar é muito bonito e irradia muita paz as pessoas que chegam. Conhecemos todo o quilombo e fomos convidados a entrar no centro comunitário para algumas palavras da líder quilombola, Rosangela Ellias mais conhecida por "Janja", apelido carinhoso e que gosta de ser assim chamada.

Começou a fala dela nos contando como sua vó Edwirges Francisca Garcia, nascida em 1890, chegou àquele local, sua vó era casada com Antônio Ramos e os dois trabalhavam na lida do campo em uma propriedade rural, lá para o lado de Belém (Nome dado a um bairro localizado na cidade de Porto Alegre, RS), certo dia no trabalho seu Antônio quebrou a guampa de um boi e com medo de serem punidos severamente, como era o costume da época, mesmo tendo nascido livres eram tratados como escravos, fugiram para bem longe, quando chegaram nas terras que hoje compreendem o bairro da Glória, os pés de sua vó estavam em carne viva. Ali se estabeleceram, pois acreditavam que era seguro, com o passar dos anos o

lugar foi sendo habitado e eles subiram o morro, procurando um lugar mais seguro para sobreviver até que chegaram ao local onde está hoje o quilombo, construíram seu rancho de palha e foram se adaptando ao local, ali tiveram seus três dos quatro filhos: Carlos Francisco, Arminda e Paulo.

Dona Edwirges trabalhava como cozinheira nas casas do bairro, morreu com 108 anos, hoje residem na localidade setenta famílias, todos descendentes da matriarca, netos, bisnetos, tataranetos e agregados dos outros dois casamentos que ela teve.

Os quilombolas dos Alpes cultuam suas tradições, tem conhecimento das ervas e repassam as pessoas que por lá chegam, alguns moradores trabalham no ofício de pedreiro, eletricista, cozinheiro... no centro da cidade. O lugar sofre constante assédio por imobiliários, que querem desapropriar a terra para construir condomínios luxuosos, inclusive o irmão da líder foi morto, em tocaia, quando estava chegando a casa. Essa perda assustou os quilombolas e eles desistiram da metade da propriedade, para poderem ter um pouco de paz, isso não quer dizer que eles desistiram de lutar, estão aguardando a regularização da terra, já foi feito o reconhecimento do território, o relatório antropológico, social e histórico que está sendo finalizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Figura nº 5 - Grupo de Professores que realizaram o curso da UNIAFRO, quatro deles pertencem à escola Municipal Dr.Fernando Corrêa Ribas.



Fonte: Fotografia tirada por Isabel Porciúncula no dia 26 de julho de 2014.

6.3. Os Quilombos

Os quilombos constituíram-se em locais de refúgios dos escravos africanos e afrodescendentes em todo o continente americano como diz Adelmir Fiabani em seu livro *Mato, Palhoça e Pilão*:

Ao igual de outras regiões da América, desde o início do cativeiro, nos campos mas também nas cidades do Brasil, um grande número de cativos fugia à procura de um ermo qualquer do interior, nas escarpas de uma serra, no coração de uma ilha, nos embrenhados de um mangue ou na profundidade de uma floresta (FIABANI, 2012, p.11).

No Brasil entre os séculos XVI a XIX, os escravizados fugidos das casas de seus senhores refugiavam-se em locais periféricos ao redor das vilas, como houve um crescimento acelerado das cidades nesses séculos, muitos quilombos foram gradativamente envolvidos pelas áreas residenciais urbanas, tornando-se quilombos urbanos e chamando muita atenção dos imobiliários para a desapropriação de suas terras (www.wikipedia.org/wiki/quilombo. Acesso 20/09/14).

Com base na origem negra escrava, movidos pelo desejo de conquistar, de manter ou reconquistar uma vida em comunidade, os quilombos urbanos como os rurais compartilham a mesma história e o mesmo objetivo que é a valorização de seu passado de luta e resistência.

(www.2.portoalegre.rs.gov.br/quilombos. Acesso 20/09/14).

A Fundação Cultural Palmares na década de 1990, definiu quilombo como sítios historicamente ocupados por negros que tenham resíduos arqueológicos de sua presença, inclusive as áreas ocupadas ainda hoje por seus descendentes, com conteúdos etnográficos e culturais. ([www.fundaçãopalmares](http://www.fundaçãopalmares.org.br). Acesso 21/09/14).

Para Fiabani (2012, p. 251) vários fatores determinaram a gênese e a formação dos quilombos o principal foi o assinalado desejo latente de autonomia do cativo, que jamais deixou de se opor à apropriação de sua liberdade-força de trabalho. Após vários estudos quilombo foi conceituado como um agrupamento de afrodescendentes com cultura própria, formado antes ou depois da Abolição e com história ligada à escravidão (Fiabani, 2011, p.100)

Figura nº 6- Professores da escola visitando o Quilombo dos Alpes, juntamente com a líder quilombola.



Fonte: Fotografia tirada por Isabel Porciuncula no dia 27 de julho de 2014.

6.3.1 Quilombo Madeira em Jaguarão:

Situa-se na terceira zona do município de Jaguarão, denominada Cerrito, a quarenta e cinco quilômetros da cidade, tem como líder comunitário o senhor Jadir Faria Madeira. Atualmente residem sessenta famílias em quarenta hectares de campo, vivem da produção para autoconsumo, troca de produtos ou venda cultivam milho, batata doce, feijão, abóbora... e algumas frutas. Criam ovelhas, porcos e galinhas. A renda é suplementada por empregos permanentes fora do quilombo. Os quilombolas dominam técnicas na produção de couro, maneadores, bocais e relhos, também trabalham com a lã fazendo cobertores e chergões. O local é de difícil acesso, não tem água tratada, somente luz elétrica, os quilombolas esperam a construção de uma cisterna para facilitar o abastecimento de água aos moradores, mas até o momento não foi construída, tem uma escola a duzentos metros do ponto central do quilombo.

Esse quilombo embora exista há quase duzentos anos o seu reconhecimento só foi realizado no dia 01/03/2010 quando recebeu a Certidão Fundação Cultural Palmares, esse título facilitará para que a comunidade receba recursos do governo para melhorar a qualidade de vida de todos os quilombolas.

Em conversa com o senhor Amilton Madeira um dos quilombolas me apresentou o senhor Antônio Lima de Faria que me contou como se formou o quilombo.

O senhor Antônio Lima de Faria era filho de Antônio Maria Faria que era filho de escravos e que também foi escravizado pela família Faria, carregava no rosto a marca de propriedade. Certo dia quando estava na rotina do campo foi obrigado pelo seu senhor a servir as forças armadas. Ele foi de bom agrado, mas planejava todos os dias fugir, queria ter sua liberdade. Certo dia Antônio foi recolher o gado, juntou o rebanho e avisou que teria que trocar o cavalo, pois aquele estava muito cansado, pegou o melhor cavalo, enfiou-lhe as esporas e o cavalo disparou em direção ao Uruguai pois lá encontraria sua liberdade, já que lá a abolição já havia ocorrido desde de 1842, quando perceberam sua fuga já estava bem longe, chegando bem próximo do rio Jaguarão havia uma guarnição acampada, já era noite e ele não tinha por onde passar então pensou não vou desistir, tocou o cavalo e em disparada passou pelo meio do acampamento, que se armaram e começaram a atirar, Antônio passou pelos tiros e atravessou o rio, sem ser atingido, ao chegar no lado uruguaio, sentiu a sensação de liberdade, estava salvo. Procurou emprego e foi trabalhar na região do rio Taquari, lá conheceu a senhora Leontina Lima com a qual se casou.

Após a abolição no Brasil o casal voltou para a cidade de Jaguarão e foram trabalhar com o senhor Menandro Faria na região do Cerrito, após muitos anos de trabalho prestados, sem direito nenhum trabalhista, já que nessa época não existia, esse senhor deu cinco braças de campo para eles poderem plantar e criar seus animais, essa localidade chamava-se Vimes devido a quantidade dessa árvore que ali existia. Nos Vimes essa família se fixou tiveram treze filhos cinco mulheres e oito homens, uma de suas filhas casou-se com o seu Aurélio Madeira que veio trabalhar nessa localidade nascido no Uruguai, gostou do lugar e resolveu fixar moradia tiveram oito filhos. A família Faria e Madeira ficaram muito próximas unindo-se através do casamento de seus filhos um virou parente do outro surgindo assim o Quilombo Madeira. Nunes (2012) diz que:

Do norte a sul, os territórios negros são lugares que têm se construído pela possibilidade de se reinventarem [.\(eabc.com.br/educação/2012/10/georgina\)](http://eabc.com.br/educação/2012/10/georgina).

O quilombo Madeira se reinventou com a união dessas famílias houve a preservação da história e da cultura afro-brasileira que até hoje é passada de forma

oral para seus descendentes e que faz necessário registro escrito para que essa riqueza não se perca com o passar dos anos.

A localidade dos Vimes era chamada de Quilombo devido à quantidade de afro-brasileiros que residiam ali, bem próximo era a Vila Madeira, que na verdade formavam uma grande família assim decidiram colocar o nome na localidade de Quilombo Madeira.

Figura nº 7: Senhor Antônio e Luisa Faria, memória viva do Quilombo Madeira.



Fonte: Fotografia tirada por Maria Túlia Mendes Arence no dia 20 de março de 2014.

Figura nº8 : Quilombolas do Quilombo Madeira



Fonte: Fotografia tirada por Maria Túlia Mendes Arence no dia 20 de março de 2014.

6.4. Entrevista com pessoas de mais de 40 anos

O curso deu um ânimo aos professores, chegaram à escola e começaram a trabalhar para resgatar a História e a cultura do nosso povo. A primeira atividade prática dos professores era a de que os alunos entrevistassem pessoas com mais de 40 anos, negras, do bairro e saber se sofreram algum tipo de preconceito quando pequenas, como era o estudo naquela época, quantos terminaram os estudos e qual a profissão que exerciam?

A professora de Português e o professor de História solicitaram aos alunos as entrevistas nos bairro e eles foram a campo, foram entrevistadas vinte pessoas com mais de 40 anos, que se declararam negras, os resultados encontrados foram os seguintes:

- 100% dos entrevistados sofreram algum tipo de preconceito na sua infância;
- 50% dos entrevistados sofreram discriminação pela cor de sua pele;

-90% dos entrevistados não terminaram os estudos e consideraram o ensino daquela época muito rígido;

-10% terminaram o Ensino Fundamental;

As profissões que essas pessoas exerciam foram as mais variadas, desde cozinheira, serviços gerais, pintor, pedreiro, marceneiro, bombeiro, policial e lavadeira. Nossos alunos gostaram de realizar as entrevistas, pois muitos entrevistaram seus avós, vizinhos, amigos, pessoas próximas que nunca tinham parado para conversar como era o passado e como foi à vida deles quando mais jovens. Chegamos a essa constatação, pois após as entrevistas os professores solicitaram que eles relatassem o que sentiram quando realizaram as entrevistas.

A Constituição Federal de 1824 decretava o direito à instrução primária e gratuita a todo cidadão, a fim de instruir o povo e diminuir o índice de analfabetismo no país. Segundo Joana Célia Passos (2012), era proibida de frequentar as escolas públicas todas as pessoas que padecessem de doenças contagiosas, escravos e pretos africanos, mesmo que fossem livres ou libertos. O governo da época tomou essa medida por acreditar que se os escravizados tomassem conhecimento do letramento poderiam influenciar negativamente a estabilidade da sociedade escravocrata da época, as escolas recebendo os alunos portadores de moléstias se tornariam centro de proliferação de doenças, então com o objetivo de manter a ordem ficavam proibidas tais pessoas de estudar.

Assim a constituição permitia que negros livres, nascidos no Brasil, estudassem, mas criou outras formas de dificultar o acesso, coibindo o direito ao estudo. O negro para matricular-se na escola tinha que provar que era livre. Segundo Surya Aaronovich Pombo de Barros (2005) o negro tinha que vestir-se adequadamente, um adulto tinha que ser responsável por sua matrícula, ter material escolar e merenda. Essas últimas dificuldades perpassaram até o século XX, chegando às dificuldades enfrentadas para estudar nas pessoas que nossos alunos entrevistaram.

Outra dificuldade enfrentada pelos negros em relação ao acesso a escola é que era permitido que a instituição não aceitasse matricular alunos negros, pois os professores e pais de alunos brancos não permitiam o convívio entre negros e brancos, pois consideravam os negros "inferiores" e mal educados. Assim os pais

dos alunos brancos, preferiam escolas que não fossem públicas para evitar o contato com uma classe "inferior" (www.planalto.gov.br/seppir/história da educação. Acesso 22/02/2014.)

Dessa forma, a escola pública se torna escola para pobres e negros, sendo responsabilidade do Estado, moralizar, disciplinar, colocar ordem e preparar para o trabalho.

Conforme Joana Célia dos Passos (2012):

Novamente se identifica a contribuição do Estado brasileiro e suas responsabilidades com produção das desigualdades na escolarização da população negra. Utilizando-se de uma retórica científica, técnica, meritocrática e médica, os intelectuais e os gestores públicos da época influenciaram as políticas educacionais com base em ideais racistas (PASSOS, 2012, p.14).

Então o Estado, contribui com a exclusão, criando instituições racistas, marginalizando alguns segmentos da sociedade, tratando de uma forma desigual os pobres e negros, sendo marcados como doentes, problemáticos, originários de famílias desajustadas e que até hoje em pleno século XXI nos deparamos com essas justificativas, nos conselhos de classe, para o fracasso escolar, como explica Passos (2012, p.14).

Já nos anos de 40 a 70 o discurso de racismo desaparece, pois vivemos em um país que é miscigenado, há uma "democracia racial", negros, índios e brancos se misturam e isso não é mais visto como uma forma discriminatória, mas as desigualdades sociais entre brancos e negros continuam. Então vivemos em um país que não é "racista", portanto o Estado não é obrigado a tomar medidas que assegurem a igualdade racial, enuncia Passos (2012, p.15).

O preconceito racial continuou com toda força, as teorias de inferiorização continuaram marcando as pessoas especialmente no mercado de trabalho e na educação. O racismo velado como nos fala Munanga continua até hoje, de forma sutil e velada ele vai acontecendo e marcando uma população inteira. Como em toda a história o negro não se aniquilou se apropriou desse mecanismo institucional e foi à luta, transformando a escola em uma oportunidade de ascensão social, nos ensina Passos (2012, p.15).

Em 1930, surge em São Paulo a Frente Negra Brasileira, liderada por Abdias Nascimento, com o propósito de construir uma articulação política nacional, ela criou uma escola que tinha como lema congregar, educar e orientar. A escola possuía um curso noturno com o objetivo de alfabetizar os adultos, defendia a mudança no comportamento de homens e mulheres negras a partir de cursos de formação política, conforme Santos (2009, p.14).

No Rio de Janeiro, em 1940, foi criado o Teatro Experimental do Negro (TEN), via a educação como estratégia de visibilidade e inserção do negro na sociedade. Realizou cursos noturnos de alfabetização de adultos para operários, domésticas e desempregadas, de acordo com Santos (2009, p.14).

Os movimentos negros jamais deixaram de existir, todos engajados em mudar a situação do povo negro brasileiro, mas a partir dos anos 90 a atuação das organizações negras passa a ser mais incisivas contra a falsa democracia racial e exige políticas públicas que garantam o fim das desigualdades sociais e raciais. Os pesquisadores Milko Matijascic e Tatiana Dias Silva através do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) lançaram um livro como título Situação Social da População Negra por Estado: indicadores de situação social da população negra segundo as condições de vida e trabalho no Brasil, no mês de dezembro de 2014. O estudo apresenta indicadores construídos a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), nos anos de 2001 e 2012, de acordo com os seguintes eixos:

- características das famílias;
- escolaridade;
- trabalho e renda;
- seguridade social.

As políticas públicas, ações afirmativas e diversos programas lançados pelos entes públicos, em relação à situação do negro. Faz-se necessário um estudo para saber se essas medidas foram eficientes na resolução dos problemas, esse estudo dará visibilidade às desigualdades raciais e dará subsídios aos agentes públicos a tomarem decisões de erradicar esse problema social que vivemos. A pesquisa em relação à escolaridade dos brancos e negros, medida pelo número de anos de

estudo efetivamente concluídos, é possível perceber uma queda nas desigualdade, conforme o gráfico abaixo:

População com 15 anos de idade, ou mais, segundo cor ou raça e faixa de anos de estudo concluídos (Brasil, 2001 e 2012), em %:

IDADE	BRANCOS		NEGROS	
	2001	2012	2001	2012
1 ano	9,2	6,6	19,7	12,7
1 a 4 anos	24,6	16,4	29,6	19,6
5 a 8 anos	26,3	21,5	28,3	26,5
9 a 11 anos	26,5	33,3	19,0	31,9
12 anos	13,3	22,2	3,5	9,4

Fonte: PNAD-Microdados. MilkoMatijascic e Tatiana Dias

Analisando os jovens com mais de 15 anos, em 2012, 23% dos jovens brancos tinham menos de quatro anos de estudo; entre os negros, este percentual atingiu 32,3%. Nos jovens brancos, o percentual de pessoas com nove anos ou mais de estudo era de 39,8%, em 2001, e subiu para 55,5% em 2012; na população negra, o percentual de pessoas com igual escolaridade passou de 22,5%, em 2001 para 41,2%, em 2012. Já as pessoas brancas com doze anos ou mais de estudo cresceu de 13,3%, em 2001, para 22,2%, em 2012, enquanto entre os negros aumentou de 3,5% para 9,4%.

Segundo a escolaridade da população jovem, entre 15 e 29 anos de idade, o percentual de jovens analfabetos vem diminuindo com redução das desigualdades raciais, mas se nota que entre os jovens negros de 25 a 29 anos há um aumento de 3,8% superior aos jovens brancos da mesma idade a 10 anos atrás. A escolarização do povo negro nessa pesquisa, após 10 anos, percebe-se um avanço veloz, mas apresentam atraso escolar em proporções mais altas do que as dos estudantes brancos, isso é visível na faixa etária de 15 a 17 anos, na qual a maior parte dos estudantes deveria estar terminando o Ensino Médio e ainda estão cursando o Ensino Fundamental.

Comparando os jovens brancos e negros em relação à frequência escolar, percebe-se que os negros são mais infrequentes que os brancos. Para melhorar a situação dos negros é necessário políticas educacionais focadas no aumento da frequência e da permanência na escola, além de programas de elevação da escolaridade, tendo em vista que 40,8% dos jovens negros de 25 a 29 anos não estudavam e não conseguiam concluir o Ensino Médio e 22,5% não concluíram nem mesmo o Ensino Fundamental sendo os percentuais de 24,9% e 11,6%, respectivamente, para jovens brancos desta faixa etária.

Através destes dados podem-se analisar em relação à escolaridade, as desigualdades entre brancos e negros estão relacionadas a múltiplos problemas, tais como renda familiar e acesso a bens públicos. Pode-se notar um aumento nos índices de permanência na escola, mas ainda tem muito que se fazer para que esses jovens possam ter uma educação de qualidade para todos como manda a Constituição Federal de 1988.

Para Davis (1994, p. 11) é necessário uma base nacional comum de educação, de uma parte diversificada de acordo com a realidade de cada estado, definição de conteúdos curriculares mínimos ou básicos, interdisciplinaridade da contextualização e avaliação contínua e processual, será a única forma de garantir para todos, uma escola de qualidade, capaz de atender as peculiaridades de cada um, formando-os em um cidadão.

6.5. Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e dos Pretos

Em uma das entrevistas realizadas com uma das senhoras moradoras no bairro relatou às crianças sobre a Irmandade, eles ficaram curiosos e foram pesquisar sobre o assunto. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos é uma confraria de culto católico, criada para abrigar a religiosidade do povo negro, que na época da escravidão era impedido de frequentar as mesmas igrejas dos seus senhores, prestar auxílio a seus irmãos nas cerimônias fúnebres e em casos de dificuldade. Tinha como sócios escravos, forros e livres. Tem em seu calendário uma devoção a Nossa Senhora do Rosário, conforme encontramos em (www.wikipédia.org/wiki/Irmandade-dos-Homens-Pretos. Acesso 23/03/14).

A devoção a Nossa Senhora do Rosário tem sua origem entre os padres dominicanos, por volta de 1200, que instituíram a primeira Irmandade do Rosário em Colônia (Alemanha), em 1488. Logo a devoção se propagou, sendo levada também por missionários portugueses ao Reino do Congo. No Brasil a Irmandade chegou ao século XVI, ela foi adotada por senhores e escravos, já que muitos escravizados quando morriam seus corpos eram jogados nas portas das igrejas, na beira dos rios em covas rasas, onde qualquer animal poderia comer isso era visto pelos escravizados como uma forma de desrespeito com o seu corpo ou seu ente querido, conforme encontramos em (www.wikipédia.org/wiki/Irmandade-dos-Homens-Preto. Acesso23/03/14).

A morte momento tão ritualizado ficou sob os cuidados das confrarias, também chamadas de irmandades, era por meio delas que os afrodescendentes buscaram mostrar aos seus senhores que também faziam parte da sociedade, mesmo que no dia a dia isso não fosse percebido. Os senhores sentiam-se impotentes já que não podiam impedir seus cativos de comparecer as festas, solenidades e enterros proporcionados por estas instituições. As irmandades negras representam na história cultural do Brasil uma expressão da prática religiosa, cultural das populações africanas, na qual subsistem certos costumes herdados dos africanos, explica Quintão (2000, p.163).

Segundo Mariza Soares no século XVIII, não havia uma mentalidade abolicionista como a existente no século XIX, por este motivo o escravizado desejava apenas a sua alforria. Quando não com segue procura outra forma de escapar ao controle do senhor. Desta forma, “as confrarias tornam-se uma das poucas vias sociais de acesso á experiência de liberdade e ao reconhecimento social” (QUINTÃO, 2000, p.164).

Conforme Quintão (2000, p. 164), a irmandade é a busca da individualidade do escravo, onde mesmo que esteja preso ao seu senhor, mesmo assim fazia parte de uma associação de destaque, onde poderia se relacionar com outros indivíduos que possuem as mesmas experiências, onde está protegido, não da escravidão, mas do total abandono, ao longo da vida e na hora da morte. Oragos eram os santos de devoção de cada irmandade, o dia da festa feita em homenagem ao padroeiro era a mais importante para os associados, era a hora de aumentar a receita da

confraria. Nesse dia era recolhido vários tipos de contribuição: a taxa de inscrição, a contribuição anual e uma grande quantidade de contribuições suplementares.

A Irmandade do Rosário dos Pretos possuía a seguinte hierarquia: a mesa administrativa; o conselho fiscal; a coorte e o estado maior com a sua guarda. Sendo que muitas vezes quem compunha a mesa administrativa eram os brancos para poder ter um “controle ” maior sob os escravizados (QUINTÃO, 2000,p.163). Em certos lugares do país os cleros perseguiram as irmandades e elas se desfizeram o que foi ao caso de Jaguarão, por volta dos anos 40 as Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, chegou ao final, por não aguentar mais a perseguição e discriminação que sofreram conforme relato de uma das sócias.

“Nossa festa era a mais bonita, havia o rei e rainha negra que puxavam a procissão pelas ruas da cidade, as crianças iam à frente vestidas de anjo, nós íamos cantando e dançando em homenagem a Nossa Senhora...Os padres estrangeiros eram muito maus, não gostavam da gente... Um dia fomos participar de uma quermesse no Largo das Bandeiras, sempre participávamos naquele local para arrecadar fundos para a festa e o padre disse: “coloquem esses negros na praça do mercado, embaixo das figueiras”. O que nós iríamos vender se a festa não era lá. Então decidimos, somos livres não temos que aguentar mais humilhação, continuemos devotos a Nossa Senhora, mas não haverá mais a Irmandade”. (Depoimento de Osvaldina Medeiros, ex-sócia da Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, 10/10/14).

As confrarias durante muitos anos foram vista pelos historiadores como meio de acomodação dos escravizados, onde eles eram doutrinados pelo catolicismo e onde sua vontade pouco valeria. A partir dos anos 90, as irmandades foram colocadas como locais de resistência nos quais não caberia uma convivência pacífica com os brancos da sociedade.

Em seguida, elencam-se algumas vantagens de pertencer a uma Irmandade no século XVIII:

- os escravizado tinham a vantagem de garantir um enterro digno para si e seus familiares, mulher e filhos;
- os senhores de escravos tinham a vantagem de não ter de arcar com as inúmeras despesas na hora morte e poderiam pagar parcelado se os gastos com o funeral fosse muito caro.

A Igreja Católica também teve vantagens em criar as irmandades, pois aumentavam o número de fieis, propagando a sua fé e seus princípios, sendo a irmandade um meio cotidiano de estimular práticas e vivências da religião, além dos escravizados construírem os templos consagrados aos seus oragos, conforme Soares (1988, p.04). Entretanto, faz-se necessário ressaltar, que as irmandades não podem ser entendidas como um lugar de doutrinação, mas sim como um espaço onde os escravizados se reuniam, nem que fosse por algumas horas, sentindo-se livres para cantar, dançar, tocar seus instrumentos, conversar e rezar. Além de ter um status social, pois dividia quem era das irmandades e quem não era dando um tratamento diferenciado com algumas “vantagens” para quem fosse da irmandade.

Em Jaguarão a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos foi fundada em 17 de maio de 1860, pelo padre João Lopes Brás, tinha 29 anos era natural da Bahia, juntamente com os libertos e escravizados seguintes: Antônio Tomás Novas, Jeronimo José, Antônio João Costa, Bernardino Flores, Gabriel Pereira, Jaime Vieira, Elias Inácio da Silva Cardoso, João Antônio da Silva, Raimundo Antônio de Plínio, Jorge Manoel Cardoso, Carmélia Nunes de Oliveira, escrava de Maria Nolasco Rosa e Paes, Esculano Domingues Santos escravo de Maria Pereira Vargas, Manoel José escravo de Francisco da Costa, Antônio Luís Mendes, africano, escravo de José e Maria Miranda, Junto Cassum, africano, escravo de Maria Joaquina Vieira. (PRETOS, Irmandades Nossa Senhora do Rosário, Jaguarão, Livro 1. p.2-4).

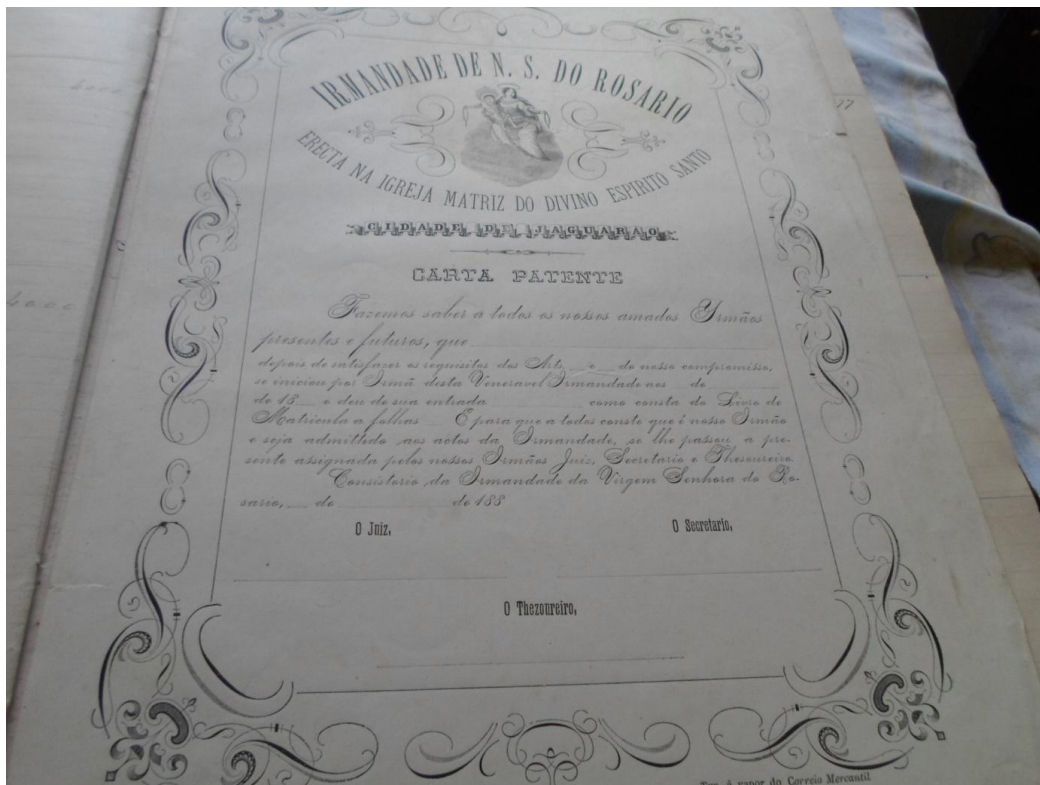
A Irmandade que se formou em Jaguarão permitia que homens e mulheres fossem sócios e que somente negros pertencessem a essa sociedade. A Irmandade tinha como objetivo o de dar um funeral digno a todos os sócios, mas alguns relatos da senhora que nós entrevistamos alega que sua vó contava que eles compraram muita alforria para os membros da entidade e que após iam pagando para a sociedade, pois trabalhavam como escravos de ganho ou serviços prestados.

A fonte acima citada encontra-se nos arquivos da Igreja do Divino Espírito Santo em Jaguarão, em uma breve leitura foi possível analisar que os membros encontravam-se uma vez por semana para rezar o terço e organizar os pedidos de esmola que eram entregues a mesa diretiva que guardava o dinheiro e ao final de

cada mês prestava conta aos sócios. O dinheiro arrecadado era para a festa da padroeira Nossa Senhora do Rosário e para a caridade.

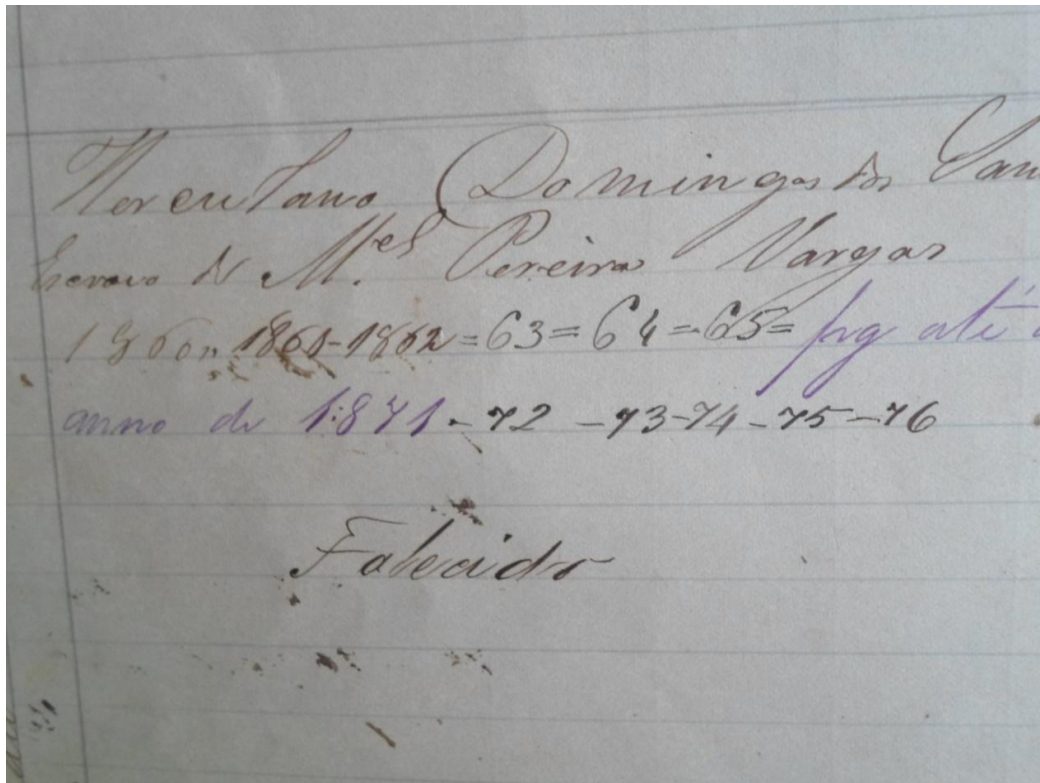
Analisando os dados encontrados, percebe-se que quando cada sócio entrava na irmandade era registrado em um livro, com a sua idade, nacionalidade, mas os que nasciam em Jaguarão não eram colocados nada na nacionalidade, somente registravam se era africano, ou nascido no Estado. Essa Irmandade fundou o primeiro hospital em nossa cidade atendendo diversas pessoas, mas como não teve apoio, teve que fechar a unidade. Aliaram-se às outras irmandades da época e fundaram o cemitério das Irmandades, que se localiza no Cerro com o mesmo nome.

Figura nº9- Sobre a criação das Irmandades;



Fonte: Fotografia tirada por Maria Túlia Mendes Arence do arquivo da Igreja Matriz do Divino Espírito Santo , Jaguarão, no dia 16/11/14.

Figura nº10- Refere-se a um dos sócios fundadores, escravizado pelo Cel. Manuel Pereira Vargas.



Fonte: Fotografia tirada por Maria Túlia Mendes Arence do arquivo da Igreja Matriz do Divino Espírito Santo , Jaguarão, no dia 16/11/14.

6.6. Uma roda de conversa com as crianças

Após serem entrevistadas diversas pessoas da comunidade com mais de 40 anos, foi convidado o senhor Neir Madruga, atual presidente do clube 24 de Agosto, para conversar sobre o clube, o seu tempo estudantil e sobre o preconceito, racismo e superação. No dia 18 de setembro de 2014, o presidente do clube negro 24 de Agosto, esteve em nossa escola falou sobre a fundação do clube, sobre o racismo que ocorria em nossa cidade. No século XIX havia clubes de brancos que não eram permitidos os negros entrarem para dançar, somente para tocar, o comércio não permitia contratar funcionários negros, os empregos permitidos pela sociedade da época ao negro era cozinheira, lavadeira, sapateiro, marceneiro, pedreiro, peão, nenhum posto de chefia, a exclusão era muito forte.

Mas os negros não desistiram se associaram em blocos carnavalescos, se reuniram para se divertir e conversar nos pátios das famílias, até formarem um clube e montavam estratégias de superação para a situação que viviam, sendo que uma das estratégias mais utilizadas foi a de colocar seus filhos nas escolas para poderem mudar a realidade que havia em Jaguarão. O senhor Madruga como é reconhecido pela comunidade, levou outro colega para conversar com as crianças, chamado Natálio, que explicou sobre como sofreu preconceito, pois diziam para ele: “Não tens bandeira, pois não és negro e nem branco”; filho de índio com negro, onde poderia se divertir, se havia essa separação por cor de pele. Essas atitudes racistas geraram uma revolta muito grande na população jaguareense, qualquer coisa era motivo de briga.

Na década de 80 os clubes 24 de Agosto, de negro e o clube Caixerai, de brancos, decidiram fazer um acordo, quem fosse sócio em qualquer um dos clubes poderiam entrar livremente n'outro sem sofrer represálias pela cor de sua pele. O senhor Natálio, falou que o pai dele era um guerrilheiro, lutou muito pela liberdade, agora só temos que ocupar o nosso espaço. Convidando a todos para participarem das atividades do clube. O professor de História relatou para as crianças, que aquelas pessoas que estavam ali, estavam cumprindo o papel de um Griôt, que é o nome dado às pessoas da tradição oral africana que atuam como cronistas, genealogistas, cantores, contadores de histórias, poetas, mestres de cerimônia responsáveis pela transmissão oral dos saberes para suas comunidades. Naquele momento o papel deles estava sendo cumprido. Foi um momento de aprendizagem, de integração entre professores, alunos, convidados e funcionários.

Figura nº 11 - Seu Neir Madruga, presidente do Clube 24 de Agosto e o Sr. Natálio



Fonte: Fotografia tirada por Maria Túlia Mendes Arence no dia 18 de setembro de 2014.

6.7. Clube negro 24 de agosto

Os clubes sociais negros são espaços associativos do grupo étnico afro-brasileiro, originários da necessidade de criação de espaços de sociabilidade. Os clubes foram voluntariamente constituídos e desenvolveram finalidades beneficentes, culturais e recreativos.

O clube 24 de Agosto, situado na Rua Augusto Leivas, 217, foi tombado em vinte de julho de dois mil e doze. A criação do clube foi uma iniciativa de dois amigos: Malaquia de Oliveira e Theodoro Rodrigues. Em vinte e quatro de agosto de mil novecentos e dezoito, os dois trabalhadores somados a um grupo de mais onze pessoas reunidas no Círculo Operário Jaguarense, fundaram o clube, visando a

criação de um espaço de sociabilidade para os integrantes da comunidade negra jaguareense.

Antes da fundação do clube, a comunidade negra se divertia nas festas em casas de famílias negras. O clube “O Gaúcho” ou o referido Círculo Operário, que estava ligada a igreja Católica, era responsável por promover vários divertimentos, além de oferecer o ensino das artes e ofícios.

O clube desde o início manteve laços sociais com o Círculo Operário. Esse vínculo de integrantes da comunidade negra com o círculo criava uma imagem de membros da classe operária, perante a sociedade branca, o que reduzia os estigmas raciais. A construção da atual sede do Clube 24 de Agosto representou um marco na história da comunidade negra de Jaguarão, pois até aquele momento os membros da associação dependiam de local cedido para a realização de suas reuniões, conforme Santos (2010. p.11). Durante setenta anos, um imóvel, que era de propriedade do coronel Gabriel Gonçalves da Silva, foi emprestado para a realização das atividades do clube. Em reconhecimento ao marco da construção da sede e por sua representatividade para a comunidade negra, o imóvel foi tombado como um espaço de memória da cultura afro-brasileira no Rio Grande do Sul.

Figura nº12 - Clube Negro 24 de Agosto.



Fonte: Fotografia tirada por Maria Túlia Mendes Arence no dia 19 de setembro de 2014.

6.8. Clube suburbano

Outro clube criado pelos negros em Jaguarão foi o Suburbano, pois os fundadores entendiam que deveriam fazer uma referência ao lugar que moravam e essa localidade era o subúrbio. O clube Suburbano foi fundado em trinta e um de janeiro de mil novecentos e sessenta e dois, por João Carlos Machado e um grupo de amigos: Osvaldo Medeiros (Mestre Vado), Clodoveu Batista Soares, Professor Bartolomeu (Tutuca, o único branco da diretoria), Milton Medeiros, Paulo Nunes, Oscar Batista, entre outros.

O grupo de amigos gostava muito de carnaval, saíam em um bloco chamado Suburbano, pois se localizava no subúrbio da cidade, foi criado pelo mesmo grupo de amigos em 1949, treze anos antes de fundar o clube. A sede do bloco era na casa do Mestre Vado, Rua Barbosa Neto, nº 411, antiga Rua do Cordão, como era

chamado pelos moradores desta localidade, que homenageavam um grupo de negras Minas que moravam nessa rua e durante muitos carnavais abrilhantaram as noites, vestidas de branco cantando cantos da África, lembrando sua terra natal, este relato está na memória viva dos moradores mais antigos dessa rua, que até hoje o nome Rua do Cordão é reconhecida pelos moradores de Jaguarão.

Como diz Santo (2004, p. 59), “a memória não pode ser entendida como apenas um ato de busca de informações do passado, mas sim entendida como um processo de construção de identidade”, isso os moradores mais antigos dessa rua trazem consigo, as histórias que as africanas contavam e a convivência que tiveram com elas fez nascer o carnaval de Jaguarão. O objetivo de montar esse bloco era para se divertir e superar o preconceito que sofriam. Na década de 40, em Jaguarão havia cinema com cadeiras para brancos e cadeiras para negros, vários clubes para branco e apenas um clube para negro, até então o clube 24 de Agosto, fundado em 1918.

Em uma roda de samba na casa do senhor João Carlos Machado, os amigos tiveram a ideia de fundar um clube, onde eles pudessem se reunir e os amigos que fossem casados com brancos poderiam participar das festas. Então com o “livro de ouro” (expressão utilizada para denominar um livro de registros de doações), saíram a pedir doações, tocavam em bailes, faziam serenata para arrecadar fundos e construíram o clube, com as próprias mãos, pois todos tinham conhecimento do ofício de pedreiro.

João Carlos Machado foi o primeiro presidente, presidiu por dez anos o clube, havia diversos concursos: de rainha, miss mulata, príncipes, princesas, todos negros, para legitimar a presença negra na sociedade, após cada resultado de concurso, as soberanas desfilavam em carros alegóricos pelas principais ruas da cidade, mostrando a beleza negra. Infelizmente a maioria dos fundadores morreu e o setor imobiliário venceu, comprando o clube e construiu em seu lugar uma bela casa de luxo, no centro da cidade. O clube encerrou suas atividades em 2009. (Depoimento de uma das filhas do primeiro presidente, Marli Nunes Machado, dado a autora).

Para ilustrar o trabalho inclui algumas fotos da primeira diretoria do clube “Suburbano”, um grupo de jovens negras do clube que tinham o papel de serem as

soberanas e comporem a sua corte, como também auxiliavam aquelas pessoas menos favorecidas e a coroação do príncipe e da princesa do clube no carnaval infantil. Esse era o espaço social que os negros tinham no início do século XX em Jaguarão, 1962.

Figura nº13 – Presidente e 1ºSoberana; Casal de Príncipes carnaval infantil.



Fonte: Fotografias do arquivo de Marli Machado, filha do presidente do clube suburbano.

Figuras 14 e 15– Jovens do Clube Suburbano e 1º Presidente e sua família



Fonte: Fotografias do arquivo de Marli Machado, filha do presidente do clube suburbano.

Através dessas intervenções os professores da escola começaram a trabalhar em sala de aula a cultura afro, contando histórias como: A Menina Bonita do Laço de Fita de Ana Maria Machado, Editora Ática, O cabelo de Lele de Valéria Belém, Editora Companhia Nacional, Berimbau Mandou Te Chamar de Bia Betzel, Editora Manati Produções Editoriais Ltda, realizando peças teatrais, trabalhos artísticos, músicas, danças, filmes: Netto o Domador de Cavalos, Quilombo, Kiriku e a Feiticeira, palestra sobre religiosidade africana e visita a Charqueada. Toda a escola se envolveu e no dia 20 de novembro teve a primeira mostra de conhecimentos com o tema Cultura afro-brasileira. A partir das intervenções foi possível aplicar a Lei 10.639/03 que foi incluída no Projeto Político Pedagógico da escola para o ano de 2015, dando continuidade ao projeto desenvolvido esse ano.

Figura nº16 - Confeções das Bonecas de Lele. Alunos do 6º ano A



Fonte: Fotografia tirada por Maria Túlia Mendes Arence no dia 10 de novembro de 2014.

Figura nº17 - Aluno contando a História Os Cabelos de Lele para os colegas



Fonte: Fotografia tirada por Maria Túlia Mendes Arence no dia dezessete de outubro de2014.

Figura nº18- bonecos confeccionados pelos alunos.



Fonte: Fotografia tirada por Maria Túlia Mendes Arence no dia 11 de novembro de 2014.

6.9. Inclusão no Projeto político-pedagógico

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. Fernando Corrêa Ribas enviou para a secretaria de Educação do Município e para o Conselho Municipal de Educação o Projeto Político Pedagógico a fim de ser analisado e aprovado, portanto estamos no aguardo da aprovação para colocarmos em prática a partir de 2015, mesmo assim durante o ano de 2014 foram trabalhados a partir desse projeto de intervenção a História e Cultura Afro-brasileira.

O processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico deu-se da seguinte forma, foi realizado diversas reuniões cada uma com o seu seguimento pais, professores, alunos e funcionários discutiram sobre os problemas da escola e o que poderia melhorar, após todos os seguimentos se reuniram para discutir a elaboração do Projeto, assim incluíram “A História e a Cultura afro”, Inclusão Digital e Inclusão.

Os pais solicitaram aos professores que trabalhassem com a História e Cultura Afro. Os professores concordaram e foi colocado no PPP.

A escola prima pela qualidade do ensino e visa atender as necessidades dos alunos e da comunidade em que está inserida, tem como objetivo fundamental o de ajudar a preparar gerentes da informação e não meros acumuladores de dados, ensinar a aprender a aprender, isto é, ensinar a estabelecer relações significativas no universo simbólico constituído de nomes, datas, definições, fórmulas e procedimentos. A escola trabalha com uma proposta sócio interacionista, de atendimento individual, sempre respeitando as diferenças e o potencial de cada criança. Acompanha o desenvolvimento com observações de aprendizagem, dando apoio para que cada um trabalhe seu processo de construção do conhecimento e quando detectam qualquer dificuldade ou barreira, analisam para que o trabalho se processe junto com a família. Toda proposta é baseada nos estudos de Piaget e nas pesquisas de Emília Ferreiro com ênfase no processo de alfabetização. Também trabalhamos com Vygotsky e Wallon para o embasamento teórico quanto ao desenvolvimento social na aprendizagem.

Portanto, o trabalho escolar é voltado para o desenvolvimento cognitivo (inteligência); físico; social e emocional, sempre respeitando as diferenças e oferecendo condições para uma aprendizagem ampla e prazerosa.

Sócio interacionista: Caracterizar os aspectos tipicamente humanos do comportamento e elaborar hipóteses de como essas características se formaram ao longo da história humana e de como se desenvolvem durante a vida de um indivíduo (NOVAES, 1997,p 117).

Na proposta sócio interacionista a escola trabalha a construção do conhecimento, colocando o foco para a aquisição de habilidades e competências na gerência de conteúdo. No capítulo nove, barra dois, foi incluída o Ensino da Cultura Afro-Brasileira, já passado onze anos da promulgação da lei 10639/2003, ela até este ano não havia sido incluída no Projeto Político Pedagógico, portanto fez-se necessário a inclusão, mesmo que tardiamente, mas sabiamente fará que ela seja cumprida, pois poderá mostrar a nossos alunos a História a Cultura do povo negro

que ajudou a formar esse país em especial essa cidade. O texto ficou assim redigido:

“Segundo a Lei nº 10.639/2003 a temática afro-brasileira acrescenta à LDB dois artigos referentes à implantação da Lei tornando-a obrigatória nos currículos escolares. O ensino deve privilegiar o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional. Os conteúdos devem ser ministrados dentro do currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística, Literatura e História do Brasil, incluindo no calendário escolar o Dia Nacional da Consciência Negra, comemorado no dia 20 de novembro.” (Lei: 10639/03 de 09 de janeiro).

Acredito que somente a inclusão da lei no PPP da escola não irá dar a certeza que ela será aplicada, contudo é o caminho que deve ser seguido. O professor terá que entender que a educação e, por ela, a escola tem um papel fundamental no fortalecimento de identidades e na constituição de espaços de formação humana.

A escola é um espaço que pode criar novas possibilidades de mudança da realidade, pois permite a integração entre os povos e culturas, modificando a organização social, marcando com um novo processo educacional atento ao caráter político que as diferenças culturais vão assumindo no cotidiano escolar e no processo histórico da sociedade.

Para que essa transformação aconteça é necessário investir em práticas pedagógicas que tenham o objetivo de superar o preconceito e oportunizar a formação humana como um todo, promovendo valores éticos voltados para a liberdade e para a solidariedade. Segundo Gomes (2003) é preciso construir a noção de “nós” para a promoção de uma consciência cultural, estética, corpórea, musical e religiosa marcada pelo processo de africanidade. Essa oportunidade acontece somente na escola e cabe ao professor torná-la realidade.

Cabe ao professor buscar através da problematização do cotidiano as necessidades que aquela turma tem analisar a situação da realidade vivida e a partir daí fazer emergir temas geradores que proporcionarão descobertas e novas leituras históricas e geográficas.

O geógrafo Milton Santos diz que “a cidadania deve ser construída e experienciada no mundo ao redor do aqui e do agora” (SANTOS, 1994, p. 5). A fim

de realizar essa construção é importante trabalhar interdisciplinarmente e aprender sobre a cidadania é viver a cidadania.

A escola para Nelson Rego (2000) deve ser um espaço de educar para a intersubjetividade, onde a geografia supere a disciplinariedade para se converter na produção de saberes. O espaço vivido deve ser catalisador de pensamentos e ações dos educandos. Segundo Nilma Lino Gomes (2003), a escola tem compromisso com todos os grupos sociais, étnicos culturais e religiosos, principalmente o povo negro, que traz consigo uma história de exclusão e discriminação. A instituição escolar após anos de estudo, formou essa sociedade excludente, que vivemos, por isso cabe a ela desmistificar o que fez há anos e compreender os alunos como sujeitos que pertencem a textos e contextos socioculturais, fazendo com que a educação siga os princípios de cidadania, reconhecendo as diferentes visões do mundo dos alunos.

Para que o professor aplique a lei 10639/03 é necessário que as questões etno-culturais estejam de fato no currículo para propiciar a consciência necessária para a transformação da vida cotidiana das práticas escolares e das políticas na sociedade. É necessário que os conteúdos sejam interdisciplinares, não havendo um conhecimento fragmentado, conduzindo por diversos educadores, proporcionando um diálogo entre si e o mundo, havendo uma integração entre as disciplinas favorecendo assim a aprendizagem.

Davis fala que é necessário uma base nacional comum de educação, de uma parte diversificada de acordo com a realidade de cada estado, com a definição de conteúdos curriculares mínimos ou básicos, interdisciplinaridade, contextualização e avaliação contínua e processual. Assim teremos a lei de fato aplicada, pois todos os agentes educacionais estarão envolvidos e capazes de mudar a realidade que vivemos.

6.10. Musicalidade em sala de aula:

A professora de português juntamente com o professor de História fez um trabalho com os alunos, do 7º, de pesquisa sobre músicos, negros de destaque e eles trouxeram Lupicínio Rodrigues, de Porto Alegre e Osvaldo Medeiros, Mestre Vado, de Jaguarão pessoas que dedicaram suas vidas a música popular brasileira e que hoje não se encontram mais entre nós. Após a pesquisa apresentada para a professora os alunos, organizaram a apresentação para a comunidade em forma de PowerPoint e convidaram a família do Mestre Vado para assistirem as apresentações.

A música é uma abstração cultural, portanto sua produção e seu entendimento diferem entre os grupos humanos. Os sons musicais se repetem no tempo e tem duração que é igual ao tempo, intensidade mais forte ou mais fraca, altura mais grave ou mais agudo, o timbre.

Músicas são sequências de sons musicais e apresentam propriedade como:

- Compasso: divisão em pequenas partes;
- Andamento: velocidade;
- Ritmo: sequência de sons e pausas.

John Baby, pesquisador, ressaltou a importância dos movimentos na musicalidade africana. São os movimentos possíveis nos instrumentos que geram “tons” e uma escola acústica, diferente da sonoridade escrita em partituras de música ocidental europeia. Na música africana e afro-brasileira os movimentos do corpo humano criados, por cada músico perante determinado instrumento, cuja forma impõe limitações, resultam na estrutura musical e nos padrões de movimento.

O pesquisador, Gerhard Kubik se interessou em pesquisar a música africana e afro-brasileira a partir de padrões. Encontrou, entre africanos e no Brasil, padrões rítmicos semelhantes, por exemplo, aqueles executados em um tópic de instrumento de um conjunto para orientar os outros músicos e

dançarinos no tempo da música. Com isto propôs mais uma confirmação para a origem Banto do samba de roda, com o qual a Capoeira tem ligações.

Os professores juntamente com seus alunos pesquisaram músicas afro-brasileiras e apresentaram na Mostra de Conhecimentos e no Festival de Bandas.

Figura nº19 – Alunos do 2º ano tocando a música Descobridor dos Sete Mares do Tim Maia.



Fonte: Fotografia tirada por Maria Túlia Mendes Arence no dia 08 de novembro de 2014

Figura nº20- Samba de Roda pelas alunas do 5º ano



Fonte: Fotografia tirada por Maria Túlia Mendes Arence no 20 de novembro de 2014

Figura nº 21 - Banda da Escola.



Fonte: Fotografia tirada por Maria Túlia Mendes Arence no dia 25 de outubro de 2014.

Em seguida, listamos alguns músicos trabalhados em sala de aula:

Lupicínio Rodrigues

Lupicínio Rodrigues, Lupe, como era chamado desde pequeno, nascido no dia 16 de setembro de 1914, em Porto Alegre, compôs marchinhas de carnaval e sambas-canção, músicas que expressam muito sentimento, principalmente a melancolia por um amor perdido. Foi o inventor do termo *dor-de-cotovelo*, que se refere à prática de quem crava os cotovelos em um balcão ou mesa de bar, pede um uísque duplo e chora pela perda da pessoa amada. Constantemente abandonado pelas mulheres, Lupicínio buscou em sua própria vida a inspiração para suas canções, onde a traição e o amor andavam sempre juntos.

De 1935 a 1947, trabalhou como bedel da Faculdade de Direito da UFRGS. Nunca saiu de Porto Alegre, a não ser por uns meses em 1939, para conhecer o ambiente musical carioca. Porto Alegre era seu berço querido e todo o seu universo,

Lupe, em 1947, deu para o cantor Orlando Silva, as canções “Brasa” e “Zé Ponte, nesse mesmo ano obteve projeção nacional” com Felicidade, na gravação do conjunto Quitandinha Serenardes. Em 1949, casou-se com a gaúcha Cerenita Quevedo Azevedo, nessa mesma década o compositor abriu uma churrascaria, o primeiro de uma série de bares e restaurantes com música ao vivo que ele viria a ter, uma forma de reunir o trabalho com a boemia.

Em 1950 sua obra ganhou a intérprete paulista Linda Batista, que estourou com o samba- canção “Vingança”, em 1952 o compositor gravou o seu primeiro álbum como cantor: “Roteiro de um boêmio“. Em 1959, compôs o hino oficial do Grêmio Futebol Porto-alegrense, no mesmo ano Jamelão gravou uma série de músicas do compositor, que fez sucesso no país inteiro.

Lupicínio Rodrigues morreu em 27 de agosto de 1974, aos 59 anos, com problema no coração, esquecido no Brasil, mas muito amado no Rio Grande do Sul. O poeta Augusto de Campos fala sobre Lupi que para muitos suas músicas podem ser consideradas banais, mas não são, poucos compositores foram capazes de tanta imprevisibilidade no âmbito da poesia da nossa música popular brasileira, com tanta força, precisão e contundência nos versos³.

Mestre Vado

Oswaldo Emilio Medeiros, nascido em 03/10/1923 e faleceu em 10/12/2011, conhecido por todos como Mestre Vado. Nasceu em Jaguarão, residia na Rua Barbosa Neto, N° 411, antiga Rua do Cordão, em uma casa verde, entre as quadras, das Ruas: Mauriti e João Azevedo viveram toda sua vida nessa casa, cheia de música, que exalava música de suas paredes, cada morador que por ali passava ouvia pela janela, todos os dias o toque do seu saxofone.

Vado era filho de Joaquina Medeiros, que era filha de português com africana e o pai Roberto Medeiros, brasileiro. Com seu modo simples de vida, costumava ensaiar com seu saxofone todos os dias, de maneira religiosa, para não perder a embocadura. Os primeiros ensinamentos musicais começaram aos doze anos de

³ Fonte: Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira, 2002, Instituto Cultural Cravo Albin.

idade, em casa mesmo, com o pai, que era músico e sapateiro, tentou seguir os passos do pai nesta última profissão, porém desistiu pelo amor à música.

Por volta dos doze anos, Vado foi estudar música com o mestre baiano Euclides, que estivera de passagem por Jaguarão com o qual aprendeu os fundamentos principais do estudo na área da música, como solfejo entoado, lia e escrevia partituras, se intitulava autodidata. Nunca estudou em conservatório. Aos treze anos já tocava um pouco e dessa forma foi convidado por Theodoro Rodrigues, um dos fundadores do Clube Social 24 de Agosto, para sair no Cordão Carnavalesco União da Classe.

Sua carreira musical começou no salão do Clube 24 de Agosto, tocou em diversos lugares como no Cordão do Eponino, em Rio Branco, nas cordas de sopro do Candombe, tocava tango em clubes daqui, nos clubes do Uruguai, no Bloco Suburbano ao qual foi um dos fundadores, fez parte do conjunto Os Rainha enfim tocava em todos os lugares que fosse convidado: igrejas, hospitais, enterros...As músicas que tocava eram as mais diversas: tango, milonga, jazz, bossa nova, marchas de carnaval e era compositor. Por último estava tocando no Bloco Burlesco Boêmios do Amor.

Mestre Vado trazia consigo, além de toda a sua vivência, a memória da sua mãe e da *sua* avó, escravizada radicada na mesma Rua do Cordão, a qual contava dos antigos enterros africanos que aconteciam nas redondezas e o início dos cultos umbandistas em Jaguarão: eram os cordões funerários da Mãe Dada. Lembrava-se do tempo em que se dançava Bumba Meu Boi em Jaguarão, do Manoel Catarina fantasiado de mulher, brincando e *folgando* numa tradição trazida de outras regiões. Falava da violência do entrudo e de como as pessoas jogavam água, de balde, nas noites de folia carnavalesca nos foliões.

Mestre Vado era muito religioso, muito devoto de Santa Cecília, padroeiro dos músicos, tudo que aprendeu ensinava a seus alunos, pois ministrava em sua casa aula de música, foi um dos maiores músicos de nossa cidade e sempre estará vivo, caminhando com seu passinho devagar, atravessando a rua para ir à missa na Capela da nossa Comunidade São Vicente de Paulo⁴.

⁴Fonte: Memória viva de Osvaldina Medeiros, irmã do Mestre.

Falando em memória como não falar em Stuart Hall teórico cultural e sociólogo Jamaicano que fala sobre identidade, memória e patrimônio de um povo, em especial as diferentes etnias que formam uma nação. “A nação sendo construída é uma comunidade simbólica que gera sentimentos de identidade e de pertença que não necessariamente tem de serem os limites geográficos que ela impõe. As identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas, transformadas no interior da representação”. Hall (1999, p. 48)

A representação de cada um se faz através de sua identidade, que embora todos tenham nascido em um país cada um tem a sua diferença. Hall sugere que não importa quão diferentes os membros de uma nação possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-las numa identidade cultural para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional, conforme (HALL, 2002, p. 59).

Stuart Hall propõe que “estudemos as identidades não como algo permanente, idêntico a si mesmo através do tempo, mas sim como um processo de identificação, uma articulação, uma suturação, uma sobre determinação e não uma subsunção” (HALL, 2000, p. 106). Para ele, a identificação é como uma construção, como um processo nunca completo, pois o ser humano precisa do outro para sobreviver então ele com o outro se completam formando um ser social. Embora a nação diga que todos tem uma nacionalidade igual dentro do seu limite geográfico, cada um tem sua diferença tanto étnica, cultural, de classe ou de gênero, que deve ser respeitada enquanto sujeito.

No seguinte projeto de intervenção foi muito utilizado entrevistas com pessoas, familiares que legitimaram o projeto aplicando a lei em nossa escola, tornando necessário conceituar memória e identidade cultural a fim de dar o embasamento teórico ao projeto. “A memória é a faculdade de reter ideias ou reutilizar sensações, impressões ou quaisquer informações adquiridas anteriormente como afirma o dicionário da Língua Portuguesa” (FERREIRA, 1989, p. 334). A memória proporciona a lembrar da própria lembrança e não deixa que se apaguem as experiências adquiridas por todos envolvidos. Ela não pode ser entendida como apenas um ato de busca de informações do passado tendo em vista a reconstituição deste passado. Deve ser entendida como um processo dinâmico da própria

rememorização, o que estará ligado á questão de identidade, nos indica (SANTOS, 2004, p. 59)

O resgate da memória dos antepassados em especial os de Jaguarão, faz valorizar a História do povo afro que construiu essa cidade e não é valorizado, ouvindo as pessoas, podemos combater o preconceito e a discriminação que aqui impera, fortalecendo a identidade do negro como sujeito. A identidade cultural implica em distinguir os princípios, valores e os traços que marcam não apenas em relação a si próprio, mas frente a outras culturas, povos ou comunidade. Todos têm o direito de aprender a cultura do outro, tanto para conhecer como para respeitar, eu só respeito o que conheço, cabe á escola apropriar-se desse conhecimento que não está nos livros, mas na memória dos autores, reescrevê-las e trabalhar em sala de aula, para que outras pessoas apropriem-se desse conhecimento e valorizem. Memória e identidade estão interligadas, desse cruzamento, múltiplos pelas possibilidades poderão se abrir ora produção de imaginário histórico cultural.

Segundo Hall (2000) a linguagem do senso comum, a identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal. As identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter uma correspondência. Elas tem a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos.

7. Análise dos dados referentes ao trabalho realizado na escola

Ao analisar os dados desta intervenção utilizamos os dados quantitativos, seguindo a orientação descrita:

É no campo da subjetividade e do simbolismo que se afirma a abordagem qualitativa. A compreensão das relações e atividades humanas com os significados que as animam é radicalmente diferente do agrupamento dos fenômenos sob conceito e/ ou categorias genéricas dados pelas observações e experimentações e pela descoberta de leis que ordenariam o social” (MINAYO, SANCHES,1993, p.244).

Compreender as relações humanas com significado é observar as práticas. Ter uma aproximação entre sujeito e objeto, juntos constroem uma empatia que torna-se significativa para os envolvidos. Dando um caráter científico a minha intervenção optamos pela qualidade se sobrepôr a quantidade. Em uma pesquisa de intervenção devemos analisar é o processo com o qual se deu a aprendizagem, como diz Damiani (2013) o resultado muitas vezes não deve ser levado em conta e sim às ações que foram realizadas a fim de se atingir os objetivos propostos.

Para dar início a coleta de dados analisamos as entrevistas feitas com as professoras da Escola Municipal Dr. Fernando Corrêa Ribas, todas se interessaram em responder as minhas perguntas que foram:

- a- Você conhece a Lei 10639/03?
- b- O que ela determina?
- c- Por que a Lei10639/03 foi criada?

Dos 24 professores entrevistados 16 conheciam a Lei e 8 não conheciam. Ao perguntar por que a lei foi criada 05 responderam que era para combater o preconceito, 05 que era para as pessoas negras não serem discriminadas, 06 responderam corretamente o que diz na Lei: torna obrigatório desde 2003 o ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas escolas públicas e particulares, as 08 não sabiam do que se tratava.

Baseando-se nesta entrevista em reunião pedagógica, explicamos sobre a Lei e colocamos os objetivos dessa intervenção, visto que a lei tinha mais de dez anos e ainda não estava sendo aplicada em nossa escola, onde a maioria de nossos alunos

são afro-descendentes. Os professores gostaram da ideia e se colocaram a disposição para trabalhar, alguns alegaram que não sabiam como desenvolver essa temática necessitando de algum curso de formação.

Sob concordância com eles, procuramos a Secretaria de Educação do Município para ver algum curso que falasse sobre essa temática, então a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, juntamente com a Secretaria Municipal de Educação de Jaguarão ofereceram aos professores o curso UNIAFRO, como já falei anteriormente, mas apenas 04 professores da minha escola concluíram o curso, mesmo sendo quatro professores, conseguiram através da minha intervenção, com suas práticas diferenciadas trabalhando interdisciplinarmente desenvolver os objetivos propostos e conseguiram que os outros professores também se interessassem pela temática e colocaram em prática.

Os professores que participaram da intervenção foram de História, Português, Arte e Geografia do 6º ao 9º ano. Sendo que ao ser desenvolvido a intervenção, os professores do turno da tarde ou seja das séries iniciais também fizeram parte desenvolvendo as atividades propostas como o Samba de Roda com o 5º ano, histórias infantis como Galinha de Angola com o 2º ano, Charqueadas no 5º ano A.

Os alunos do 6º ano entrevistaram as entidades que houveram em Jaguarão onde o negro procurou sua ascensão na sociedade, que foi as Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Preto, Clube 24 de Agosto e Clube Suburbano.

Construindo-se a fala do social com o material empírico proveniente de falas dos indivíduos, buscando nas ideias centrais e nas expressões-chave, coincidentes ou semelhanças de discursos efetivamente existentes, um discurso compartilhado (LEFEVRE, 2003, p. 29).

Segundo Lefevre, todo conhecimento empírico, que foi manifestado na fala dos nossos entrevistados, analisados com outros depoimentos e cruzados com as vivências dos autores legitimam a nossa pesquisa, dando um caráter qualitativo, pois como vamos medir a aprendizagem dos sujeitos envolvidos, buscaram através da memória reconhecer entidades que foram de grande relevância para a cultura negra em nossa cidade. Os alunos juntamente com os professores investigaram essas entidades e apresentaram no dia da mostra de conhecimento o que aprenderam.

Em relação às pessoas negras com mais de 40 anos que foram entrevistadas pelos nossos alunos foram de 15 pessoas com as seguintes perguntas:

a) Em que ano e em que cidade o/a senhor/ a nasceu? Nessa cidade o senhor chegou a frequentar? Até que série?

Dos quinze entrevistados 12 nasceram em Jaguarão e os outros 03 em cidades como: Pelotas, Rio Grande e Arroio Grande. Um não frequentou a escola, os outros frequentaram: 02 com Universidade, 01 com Ensino Médio, 03 com Ensino Fundamental completo, 02 com 6° série, 03 com 4° série e 03 até a 2° série.

b) Nessa época o senhor /a tinha colega ou professor negro/a? Você se lembra deles? Como eles eram? Se não tinha, tinham outras pessoas negras na escola ou no seu bairro?

Os entrevistados lembraram que tiveram: colegas negros 13 e professor negro quatro.

c) O senhor lembra de ter sofrido algum tipo de discriminação ou preconceito pela cor de sua pele na escola?

Todos os entrevistados sofreram algum tipo de discriminação, consideraram o ensino muito rígido e por isso acreditam que sofreram os mais diversos atos de preconceito e racismo, como em um depoimento a professora diz para o aluno: “senta lá atrás, pois tu és negro não vás aprender mesmo”. Passado quase 70 anos e ele nunca mais esqueceu esse ato.

d) Atualmente existem mais pessoas negra estudando ? Por quê?

Todos falaram que sim, hoje existem mais pessoas negras estudando pois antigamente eles tinham que parar de estudar para ajudar os pais a criarem os outros irmãos, não era obrigado a estudar como é hoje, todos tem acesso a escola, antes não tinha. Hoje quem discriminar o outro vai preso, por isso está melhor para nós, diz uma das pessoas entrevistadas.

Analisando esses dados pode se constatar que os afro-brasileiros sofreram muita discriminação, sendo inferiorizado em um lugar que é de construção de sua identidade, isso me chamou muita atenção e foi repassado a todos os professores em uma reunião pedagógica para que essas práticas ou outras que excluem não fossem mais realizadas ou auto afirmadas através do preconceito.

Segundo Hall (1996) as identidades não estão alicerçadas numa simples recuperação do passado, que espera para ser descoberto e que, ao sê-lo, há de garantir nossa percepção de nós mesmos.

Essa teoria faz com que nós, tendo conhecimento do passado possamos garantir uma educação de qualidade para todos e não excludente como vem acontecendo, faz com que o ser humano possa ter um novo olhar sobre si mesmo, capaz de incluir e respeitar as diferenças.

8. Procedimento metodológico de avaliação:

A aplicação desta intervenção, foi realizada através de um procedimento qualitativo baseado nas ideias de Bogdan e Biklen (1994) que apontam cinco características da investigação qualitativa, são elas: “o ambiente natural é a fonte direta de dados e o investigador é o instrumento principal; os dados da investigação são recolhidos de forma descritiva; o investigador demonstra mais interesse pelo processo de investigação do que pelos resultados ou produtos; os dados recolhidos pelo investigador são analisados de forma indutiva e o investigador considera vital para a pesquisa as perspectivas dos participantes”, conforme Bogdan e Biklen (1994, p.47-48).

A intervenção na prática dos professores foi considerada satisfatória, do ponto de vista de um primeiro passo na aplicação da Lei 10.639/03 em nossa escola. No início aplicada apenas nos anos finais do ensino fundamental, posteriormente tivemos mais duas classes dos anos iniciais que também aplicaram o ensino da história e cultura afro.

Através da análise dos dados observa-se que os professores mudaram suas práticas, a avaliação tornou-se diária, cada participação dos alunos era avaliada com um sinal de positivo ou negativo ao lado do nome de cada um, quando houvesse a participação, ao final do bimestre os sinais positivos eram computados e transformados em pontos que eram somados as provas e as notas dos trabalhos, obtendo-se um resultado melhor de aprovação. Os sujeitos envolvidos aprenderam a respeitar as diversidades e a valorizar a história e cultura afro como pode se observar que nenhum aluno foi advertido por desrespeitar seu colega por ofensas, discriminação..., antes da intervenção era comum entre os alunos terem esse tipo de tratamento. A avaliação foi permanente, antes da intervenção os professores pensavam que a única maneira de avaliar era através das provas, com o envolvimento dos alunos no desenvolvimento do trabalho, os professores ficaram motivados e decidiram avaliar essa participação.

Silva (2014) nos ensina que a avaliação não deve se restringir ao momento de realização de provas, mas em um processo continuado que visa à correção diária dos erros, com vistas a encaminhar o aluno para os objetivos previstos. Dessa forma, a avaliação deve ser pedagogicamente vista como um elemento de integração de todos no processo de ensino e aprendizagem. Neste sentido, esta avaliação e seus resultados deram um caminho para a continuidade e nascimento de novas ações a serem realizadas na escola em prol de um espaço escolar com um olhar mais dedicado às diferentes culturas ali presentes.

9. Conclusão

Concluindo esta intervenção que de modo algum visa encerrar o debate em torno do tema, ao contrário, pretende propor horizontes para que preencham a longa caminhada contra o preconceito e o racismo que impera em nossa sociedade, parafraseamos a seguinte afirmação de Nelson Mandela: *“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar”*.

Toda criança no ambiente escolar tem a oportunidade de conviver com outras crianças de diferentes etnias, é nesse espaço que o professor tem que agir, pois é inadmissível que em pleno século XXI, com todo o desenvolvimento de nossa sociedade desde a proclamação dos direitos humanos, ainda existam pessoas com preconceito e racismo. A criança está sendo ensinada pelo seu núcleo familiar a ser um adulto com preconceito, cabe aos professores desmistificar essas ideias, revisar sua prática e aí sim começar de fato a aprendizagem que conduz a uma mudança de atitudes capaz de valorizar o ser humano e não excluí-lo.

As atividades apresentadas neste trabalho que foram desenvolvidas no ano de 2014, com o objetivo de trabalhar a história e cultura afro-brasileira nas atividades didáticas de sala de aula, com base no que está explicitado na Lei 10.639/03, após serem avaliadas, poderão ser aplicadas com a inclusão de outras atividades, reparando os pontos negativos e prosseguindo com os pontos positivos. Poderemos aplicar de fato a Lei 10.639/03, porém, o mais importante é que os alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. Fernando Corrêa Ribas e também de outras que se proponham seguir o caminho indicado aprendam a respeitar o que é diferente, a conviver com pessoas de todas as classes sociais e etnias que houver, compreendendo que não importa o ter e sim o que vale apenas como ser humano é o ser.

Observando os dados do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) do ano de 2013 antes da aplicação da intervenção o índice de reprovação escolar nas séries finais era muito alto, no ano de dois mil e quatorze, o índice de reprovação diminuiu consideravelmente acredito que esse sucesso se deu devido a diversas ações que foram realizadas pelos professores e direção para se chegar e continuar

diminuindo a reprovação. Algumas ações foram utilizadas para diminuir a repetência: aplicação desta intervenção História e Cultura afro; reuniões pedagógicas semanalmente; alguns professores foram trocados para lecionarem a disciplina de sua formação; o laboratório de informática foi formatado e colocado a disposição dos alunos e professores, que começaram a utilizar para pesquisa e as mais diversas aprendizagens; toda a escola foi pintada e adequada para receber os alunos.

Acredito que todas essas ações e outras que não estão expressas aqui auxiliaram a melhorar desempenho dos nossos alunos e enquanto houver racismo em nosso país é necessário a Lei 10.639/03 para reparar essa defasagem que existe entre “negros e brancos”, pois seu intuito é dar a todos a oportunidade de conhecer o que antes era escondido sobre a história e a cultura afro-brasileira.

Anexos

Anexo I

QUESTIONÁRIO UTILIZADO PARA O DIAGNÓSTICO

1- Você conhece a Lei 10639/03?

Sim, mas não na integralidade.

2- O que ela determina?

O ensino da história e da cultura afro nas escolas.

3- Por que a Lei 10639/03 foi criada?

Acredito que seja pela importância da história da África para nós, brasileiros.

4- Com o passar dos 10 anos dessa Lei o que mudou em nossa escola, em nossa cidade?

A informação é uma ferramenta contra a ignorância, neste caso, contra o racismo.

5- Você já foi discriminado alguma vez?

Não que me lembre.

6- Você já presenciou um ato de racismo ou preconceito na comunidade?

Na escola?

Não, mas já ouvi muitas histórias.

7- A História e Cultura Afro-Brasileira estão no PPP da escola?

Não formalmente, mas é trabalhado em sala de aula.

Anexo II

QUESTIONÁRIO UTILIZADO PARA O DIAGNÓSTICO

1- Você conhece a Lei 10639/03?

Sim.

2- O que ela determina?

Foi tornada obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares.

3- Por que a Lei 10639/03 foi criada?

Com essa lei, também foi instituído o dia Nacional de Consunsumo Negro (20 de novembro).

4- Com o passar dos 10 anos dessa Lei o que mudou em nossa escola, em nossa cidade?

(de tratar)
Mudou a maneira de algumas pessoas em relação as outras (negros). A partir da escola, em manter os alunos informados e fazendo um trabalho de conscientização.

5- Você já foi discriminado alguma vez?

Não.

6- Você já presenciou um ato de racismo ou preconceito na comunidade?

Na escola?

Sim. Na família e na escola.

7- A História e Cultura Afro-Brasileira estão no PPP da escola?

Sim.

Anexo III

QUESTIONÁRIO UTILIZADO PARA O DIAGNÓSTICO

1- Você conhece a Lei 10639/03?

Sim

2- O que ela determina?

A importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira.

3- Por que a Lei 10639/03 foi criada?

Para ser obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas públicas e particulares do ensino fundamental até o ensino médio..

4- Com o passar dos 10 anos dessa Lei o que mudou em nossa escola, em nossa cidade?

Um pouco sim.

5- Você já foi discriminado alguma vez?

Não.

6- Você já presenciou um ato de racismo ou preconceito na comunidade?

Na escola?

Sim.

7- A História e Cultura Afro-Brasileira estão no PPP da escola?

Sim.

Anexo IV

QUESTIONÁRIO UTILIZADO PARA O DIAGNÓSTICO

1- Você conhece a Lei 10639/03?

Sim

2- O que ela determina?

Determina punição para as pessoas que são preconceituosas

3- Por que a Lei 10639/03 foi criada?

Para proteger as pessoas sobre o preconceito racial ou outro tipo de preconceito

4- Com o passar dos 10 anos dessa Lei o que mudou em nossa escola, em nossa cidade?

Para mim nada mudou, nem na escola e nem na comunidade

5- Você já foi discriminado alguma vez?

Sim, por usar óculos com o vidro grosso era chamada de quatro olhos e ainda hoje na escola eu escuto uns colegas discriminarem outros.

6- Você já presenciou um ato de racismo ou preconceito na comunidade?

Na escola?

Sim, tanto na comunidade como na escola

7- A História e Cultura Afro-Brasileira estão no PPP da escola?

Sim, estão

Anexo V

1- Solicite aos alunos que realizem a entrevista abaixo com uma pessoa negra acima de 40 anos de idade (pode ser um/a familiar, um/a conhecido/a, um/a vizinho/a, etc).

Proponha essa atividade como "Tema de casa", de preferência em uma sexta-feira, terão tempo para realizá-la.

2- Roteiro para os alunos:

1- Em que ano e em que cidade o/a senhor/a nasceu? Nessa cidade o/a senhor/a chegou a frequentar a escola? Até que série?

Aqui nasci em Jaguariaçu fui pro colégio até segunda série. Depois passei pra que já ~~passei~~ ^{trabalhei} ler e fazer conta e tinha que trabalhar ajudando o pai.

2- Nessa época o/a senhor/a tinha algum/a colega ou professor/a negro/a? Você se lembra deles/as? Como eles/as eram? Se não tinha nenhum/a colega ou professor/a negro/a, tinham outras pessoas negras na escola, ou no seu bairro?

Tinha negros: sim, meus irmãos e os filhos dos vizinhos, a professora era branca, era só nós mesmo, mas na escola, a professora ia me fazendo dar aula para a molecada.

3- O/a senhor/a se lembra de alguma história contada por seus pais ou seus avós na época em que eles estavam na escola?

São, mãe me lembra, minha avó estudou mas não sei como era.

4- O/a senhor/a acha que hoje existem mais pessoas negras estudando na escola? Por que?

Ah! Tem hoje todo mundo é igual né. Todos podem ir pro colégio. Estudam todos juntos, os brancos também quando eu era mais novo, as festas dos brancos era separado da festa dos negros. Hoje os negros são igual aos brancos.

Data de nascimento: 18/02/19 - 42 anos

Racina - 6^ª A

Anexo IV

Vitória + um nome

1- Solicite aos alunos que realizem a entrevista abaixo com uma pessoa negra acima de 40 anos de idade (pode ser um/a familiar, um/a conhecido/a, um/a vizinho/a, etc).

Proponha essa atividade como "Tema de casa", de preferência em uma sexta-feira, terão tempo para realizá-la.

2- Roteiro para os alunos:

1- Em que ano e em que cidade o/a senhor/a nasceu? Nessa cidade o/a senhor/a chegou a frequentar a escola? Até que série?

Eu nasci aos anos de 1948 em Jaguarás;
frequentei a escola até a segunda série.

2- Nessa época o/a senhor/a tinha algum/a colega ou professor/a negro/a? Você se lembra deles/as? Como eles/as eram? Se não tinha nenhum/a colega ou professor/a negro/a, tinham outras pessoas negras na escola, ou no seu bairro?

Alguns colegas sim, mas professores não. Alguns colegas e muitos meus amigos. E eu também tinha algumas pessoas negras no meu bairro.

3- O/a senhor/a se lembra de alguma história contada por seus pais ou seus avós na época em que eles estavam na escola?

Tinha avô me contando várias histórias, minha mãe mas pai ela nunca frequentou escola; Hoje em dia mãe me lembra de nenhuma.

4- O/a senhor/a acha que hoje existem mais pessoas negras estudando na escola? Por que?

Sim, porque hoje em dia existe menos preconceito com negros, antigamente os pais por medo do preconceito das pessoas não levam com seus filhos na escola.

Anexo VII

1- Solicite aos alunos que realizem a entrevista abaixo com uma pessoa negra acima de 40 anos de idade (pode ser um/a familiar, um/a conhecido/a, um/a vizinho/a, etc):

Proponha essa atividade como "Tema de casa", de preferência em uma sexta-feira, terão tempo para realizá-la.

2- Roteiro para os alunos:

1- Em que ano e em que cidade o/a senhor/a nasceu? Nessa cidade o/a senhor/a chegou a frequentar a escola? Até que série?

Eu nasci no ano de 1969 em Jaguaraão, estudei até o 6º ano.

2- Nessa época o/a senhor/a tinha algum/a colega ou professor/a negro/a?

Você se lembra deles/as? Como eles/as eram? Se não tinha nenhum/a colega ou professor/a negro/a, tinham outras pessoas negras na escola, ou no seu bairro? *Eu não tive nenhum professor negro, mas tinha 2 ou 3 alunos negros na minha sala e no bairro onde eu morava e moro até hoje 3,4 famílias eram negras.*

3- O/a senhor/a se lembra de alguma história contada por seus pais ou seus avós na época em que eles estavam na escola? O meu pai contou que na época em que ele aprendeu a ler em uma escola a professora era rígida.

4- O/a senhor/a acha que hoje existem mais pessoas negras estudando na escola? Por que? *Com certeza, há muito mais alunos negros nas escolas. Hoje a minha escola é mais desmistificada, melhores instituições na própria família.*

Nome: *Luciani L. Gomes*

6º ano A

Anexo VIII

1- Solicite aos alunos que realizem a entrevista abaixo com uma pessoa negra acima de 40 anos de idade (pode ser um/a familiar, um/a conhecido/a, um/a vizinho/a, etc).

Proponha essa atividade como "Tema de casa", de preferência em uma sexta-feira, terão tempo para realizá-la.

2- Roteiro para os alunos:

1- Em que ano e em que cidade o/a senhor/a nasceu? Nessa cidade o/a senhor/a chegou a frequentar a escola? Até que série?

Pelotas, em 1965. Sim. Curso superior

2- Nessa época o/a senhor/a tinha algum/a colega ou professor/a negro/a? Você se lembra deles/as? Como eles/as eram? Se não tinha nenhum/a colega ou professor/a negro/a, tinham outras pessoas negras na escola, ou no seu bairro?

Sim. Lembro perfeitamente. Pessoas tratadas igualmente como os outros alunos e professores muito legais e bem quistos pelas turmas.

3- O/a senhor/a se lembra de alguma história contada por seus pais ou seus avós na época em que eles estavam na escola?

Sim. Meus pais se conheceram na escola, estudaram juntos, e minha mãe fazia muitas queixas do meu pai para as freiras, pois ele vivia apertando. Juntaram o dinheiro da metenda para

4- O/a senhor/a acha que hoje existem mais pessoas negras estudando na escola? Por que?

*guardar
em uma
poupança
para o
futuro.*

Sim. O espaço foi muito batalhado e, enfim, conquistado e garantido por lei.

Seusma 6ªA

Anexo IX

1- Solicite aos alunos que realizem a entrevista abaixo com uma pessoa negra acima de 40 anos de idade (pode ser um/a familiar, um/a conhecido/a, um/a vizinho/a, etc).

Proponha essa atividade como "Tema de casa", de preferência em uma sexta-feira, terão tempo para realizá-la.

2- Roteiro para os alunos:

1- Em que ano e em que cidade o/a senhor/a nasceu? Nessa cidade o/a senhor/a chegou a frequentar a escola? Até que série?

Na cidade de Rio Grande em 1970. Não com 5 anos meus pais vieram morar em Yaguasão meus pais me matricularam com 7 anos de idade na escola Municipal Padre Paglione. Até o ensino médio.

2- Nessa época o/a senhor/a tinha algum/a colega ou professor/a negro/a? Você se lembra deles/as? Como eles/as eram? Se não tinha nenhum/a colega ou professor/a negro/a, tinham outras pessoas negras na escola, ou no seu bairro?

Sim. Lembro. Eram muito legais e amigos.

3- O/a senhor/a se lembra de alguma história contada por seus pais ou seus avós na época em que eles estavam na escola?

Sim. Os professores nesta época eram muito rigorosos pois os castigos eram contínuos, pois os castigos eram virados para a parede e apalhadados atrás da porta estes eram os castigos para o bom comportamento.

4- O/a senhor/a acha que hoje existem mais pessoas negras estudando na escola? Por que?

Sim, porque os governantes abriram mais vagas e espaço nas instituições de ensino e também em vários outros departamentos.

Leelyni S. Bezzel.

Anexo X

Termo nº 06/2014

Aos vinte dias do mês de novembro de dois mil e quatorze, às oito horas da manhã e às quatorze horas da tarde, realizou-se a Mostra de Conhecimentos da nossa Escola com enfoque também no Dia da Consciência Negra, no salão da Capela São Vicente de Paulo envolvendo toda a comunidade escolar do bairro Vencato.

Atividades da manhã:

- 6º ano A - Profa Mari Nolasco (Ciências)
 - Higiene Pessoal → Alexandra, Alessander, Bianca
 - Higiene Bucal → Cláudio, Carolyne, Eduarda
 - Chulé → João, Katerine, Larissa
 - Odor nas axilas → Nicolas Costa, Nicolas Meira
 - Pediculose → Francieli, Jéssica, Willian
- 6º ano B - Profa Mari Nolasco (Ciências)
 - Casamento consanguíneo → Matheus Ferreira, Robson, Matheus Caetano, Sabrina, Tavane, Natalia, Wender
- 7º ano - Profa Mari Nolasco (Ciências)
 - Artrópodes → Sibebe, Thainara, Maria Gléda
 - Insetos → Isabel, Manuella, Lucas
 - Aracnídeos → Maria Helena
- 8º ano - Profa Mari Nolasco (Ciências)
 - Sistema Reprodutor Masculino → Andressa e Fabíola
 - Sistema Reprodutor Feminino → Jenifer e Natalia
 - Métodos Contraceptivos → Martina, Janaina, Luana
 - Gravidez → Patrick
 - DSTs → Hylan
- 9º ano - Profa Mari Nolasco (Ciências)
 - Queimando dinheiro → Yuri
 - Explosão de cores → Aline
- 8º ano - Profa Berenice Dutra (Geografia)
 - Qual é o dia do negro? → Martina Molina
- 6º anos A e B - Profa Joana de Oliveira (Português)

Anexo XI

- Peça Teatral "Menina Bonita do Laço de Fita" ^{U/}
- 8º ano - Profa Maura Jorge (Português) e estagiária da UNIPAMPA Giane Dutra
- Pagador de Promessas Curta Metragem
- Fechamento da manhã: Os orixás e o Atabaque Ylé
- Axe Mãe Nice de Xangô
- Estavam presentes pela manhã:
1. Begsiv Victoria Vieira Lopez
 2. Sandra Dias Fauranço
 3. Dyanara M. Sibena
 4. Mara Regina Xavier Guimarães (Atj)
 5. Maria Teresinha Andreola da Silva
 6. Leonice N. Rodrigues
 7. Jalel F. S. Borvão
 8. Mariana Oliveira
 9. Maura Lailiana V. Jorge
 10. Maria Lúcia F. Rodrigues
 11. Bernice Aquino Machado
 12. Suzilene Ribeiro
 13. Jôsa C. Revello Castelan
 14. Paulina Duarte Mendes
 15. Rogda Regina Machado
 16. Ediza Echevengua Pereira da Silveira
 17. Leonice Santos da Silva Borba
 18. Amalia Ambonini
 19. Giane Dutra
 20. Paulo dos bacoma
 21. Otávio Ambr. Guadetti
 22. ~~Francisco Figueiras~~
 23. ~~João Paulo Baldo~~
 24. ~~Patricia~~ (Magnun Machado Viana)
 25. ~~Diferis~~ (Denise F. de Faria)
 26. ~~Daniel M. Areane~~
 27. ~~Ana Carolina Julia F. H.~~

Anexo XII

Atividades da Tarde:

- Pré-escolar - Profa Berenice Aquino Machado
 - Cococquita la gallina mamita.
- 2º ano U - Profa Silvana Peres de Oliveira
 - Caminho das águas
- 3º ano U - Profa Javna Canizares - 1º ano U Lucia Helena
 - A história de Jaguarão
- 4º ano U - Profa Sandra Amaro De le an
 - Composteira doméstica
- 5º ano A - Profa Silvia Beatriz Moraes Piñeyro
 - Um passeio ao passado
- 5º ano B - Profa Paula Faria Santos
 - Dança do samba "Ela só vai de Camarote".

Estavam presentes na tarde:

01. ~~Melinda~~
02. Roseli Cabelli
03. Peter B. Soares
04. Marcia Pereira dos Santos
05. Tilda de Mello Boelhe
06. Silvia Beatriz Moraes Piñeyro
07. Jéssica Oliveira
08. Maria das B. Gomes
09. Elizabeth Azevedo Dias
10. Emalia Antonini
11. Jemina Luz Machado
12. Duerson B. Lourenço
13. ~~Niriana de Fátima Gallegos~~
14. Geome Hambroem Quintal Dias
15. Melinda
16. Taurina Duarte Duarte
17. ~~Profa~~
18. Tereza Regina M. Machado
19. Camilla Drum
20. ~~Calvin e o estavio~~

Anexo XIII

Termo nº 07/2014

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro de dois mil e quatorze, às oito horas e 30 minutos, nas dependências deste Estabelecimento de Ensino, realizou-se uma palestra sobre Religiosidade afro brasileira com o Pe Sérgio Luiz L. Pereira, para os estudantes, professores do turno da manhã que faz parte de atividades escolares na Semana da Consciência Negra.

01. Maure Lilianna V. Jony, Leonice S. Rodrigues,
02. Berenice Dutra
03. Márcia B. S. Solasco
04. Sílvia B. Haas Pinheiro
05. Eduardo Vazancellas
06. Roberto Vieira
07. Mathheus Pacheco
08. Marlene Azeite
09. Salina Feijó
10. Wanderson Pereira
11. Nátalia Ferrero Duval
12. Tauane Mexura
13. Nicolas Costa
14. William Mota
15. Franciele P. Rosa
16. Claudio Neres
17. Jéssica Carvalho
18. Carlos Eduardo Reis MacBato
19. Larissa Agamenon Sampaio
20. Nicolas G. V. Meira
21. Alexandre Carvalho M.
22. Katerine Freitas
23. Bianca Dantas
24. Bruna Lúcia
25. José Luiz de Silva
26. M^{te} Helena F. Zaguerre R.
27. Traimara Furtado Almeida

Anexo XIV

09
18/06/16

28. Yambuco Brito d. Dias
29. W Douglas Torres
30. Silveira Cardoso Dutra
31. Maria Helena Pereira de Melo
32. Maruella Martinez da Silva
33. Lucas Pinto da Silva
34. Gabriel Estima Pereira
35. Felipe Gabriel de Oliveira
36. Patrick C. Mendes
37. Jenifer Lapuente Tarrach
38. Natalia Pereira dos Anjos
39. Aline Gonalves Machado
40. Yuri R. Araújo
41. Andressa M de Machado
42. Luana da Silva
43. Alison da Silva Leite
44. Hylan C. Vianna
45. Lucas Escobarly Martins
46. F. Olyvio Ney Lima Pereira
47. Maria Thelma Mendes Azeite
48. Carlos Eduardo
49. Maria Teresinha Andrade da Silva

Referências

BAUER, M.W, GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**, Petrópolis: Vozes, 2002.

BELÉM, V. **O cabelo de Lele**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2007.

BOBBIO, Norberto al. **Dicionário de política**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1992.

BRASIL, **Plano Nacional Das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: SECAD; SEPPIR, jun. 2009.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: SECAD/ME, 2004.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

CASHMORE, Ellis. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo: Selo Negro, 2000.

CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e anti racismo na educação**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/educar/1congresso/042_congresso_eliane_cavalleiro.pdf>. Acesso em 16/03/2014.

FIABANI, Adelmir. **Os novos Quilombos: luta pela terra e afirmação étnica no Brasil (1988-2008)**, São Leopoldo: Unisinos, Programa de Pós-Graduação, em História, 2008 (Tese de doutorado)

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e Senzala**. 28ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 1992.

GALLAUHE, D., e OZMUN, J. **Boletim Brasileiro da educação**. Brasília: Mec, 2001.

GILL, R. **Análises de Discurso**. In: BAUER, M. W. e GASKEL, G. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um Manual Prático**. Petrópolis: Vozes, 2002 p. 244-270.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GOMES, Joaquim B.. **Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Renovar, 2001.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: MEC/SECAD, 2005. p. 39-62.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e antirracismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

HALL, S. **A identidade cultural na pós modernidade**. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 1992.

LEFEVRE, F., LEFEVRE, A.M.C. **O Discurso do Sujeito Coletivo: Um novo enfoque em Pesquisa Qualitativa (Desdobramentos)**. Caxias do Sul: EDUCS, 2003.

LEPORACE, Camila. **Lei da cultura africana e afro-brasileira: combate à discriminação ou aumento da segregação?** disponível em: <http://opiniaonoticia.com.br/interna.Php. Acesso em: 14/03/2014.

MACHADO, Ana Maria. **Menina bonita do laço de fita**. São Paulo: Ática, 2008.

MENASSA, Jose. **Características da consciência crítica**. Disponível em: <http://delecampio.com.br/caracteristicas-da-consciencia-critica. Acesso em: 15/03/2014.

MINAYO, M.C.de S (Org). **Avaliação por Triangulação de Métodos: Abordagem de Programas Sociais.** Rio de Janeiro: Fio Cruz, 2005.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola

PASSOS, Joana Celia. **As desigualdades educacionais, a população negra e a educação de jovens e adultos.** UFSC. Programa de Pós Graduação em Educação, 2010.

PORTAL A CULTURA AFRO-BRASILEIRA. **Evolução histórica, cultura afro-brasileira.** Disponível em: <http://www.faecpr.edu.br/site/portal_afro_brasileira/3_III.php p. Acesso em: 11/03/2014.

QUEEN, M. **Currículo: passos para o ensino da história negra nas escolas.** Disponível em: <<http://educarparacrescer.abril.com.br/politica-publica/ensino-afro-brasileiro-624159.shtml>. Acesso em: 13/03/2014.

QUINTÃO, Antônio Aparecida. **Lá vem o meu parente as Irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco.** São Paulo, FAPESP, 2002.

ROMÃO, Jeruse. **História da educação negros e outras histórias.** Brasília: Ministério da Educação/SEDAC, 2005

SANTOS, Leidiane. **A história e cultura Afro brasileira e a lei nº 10.639.** Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-a-lei-10-639-63/12161/>. Acesso em: 14/03/2014.

SILVA, Marco Aurélio da. **O que é avaliar?** Disponível em: <<http://educador.brasilecola.com/orientacoes/o-que-avaliar.htm>. Acesso em: 14/03/2014.

TRIUNPHO, V.R.S. **O negro no livro didático e a prática dos agentes de pastoral negros.** Caderno de Pesquisa. São Paulo, n.63, p.93-95, 1987.